

## 2. Geografia em movimento

A importância da geografia na reflexão de Capistrano de Abreu se expressa na preocupação constante do autor em demonstrar a contigüidade territorial do Brasil. Os centros de irradiação do povoamento do sertão foram aos poucos estabelecendo ligações entre as diferentes partes do território. A constituição desta contigüidade, podemos dizer, organiza a narrativa de Capistrano, tanto nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*<sup>1</sup>, publicado em 1899, como no capítulo “O sertão” dos *Capítulos de História Colonial*, redigido entre 1904 e 1907.

A atenção que o sertão merece tanto nos *Capítulos* quanto nos *Caminhos* indica, por um lado, a pretendida originalidade do autor em relação à historiografia brasileira, demasiado concentrada no litoral opulento e transoceânico e, por outro, a tentativa de discernir através deste deslocamento espacial traços de especificidade da formação brasileira. Além da contigüidade territorial, o autor busca demonstrar a paulatina diferenciação entre brasileiros e portugueses, “o segredo do brasileiro”, como escreve nos *Capítulos*. Esta transformação faz parte do enredo de sua história do Brasil que organiza a sua reflexão e que unifica os diferentes pontos de irradiação do povoamento – paulistas, pernambucanos, baianos, mineiros, gaúchos – sob uma única denominação: brasileiros. O que eles têm em comum é a consciência da diferença que nutrem em relação ao reinol. Neste enredo de sua história do Brasil está localizada aquela que o próprio autor chamou de “história íntima”.

A demonstração da contigüidade territorial implica a percepção de diferentes modos de vida gerados pelo contato com condições ambientais diversas. Esta diversidade, Capistrano orgulha-se de afirmar como sua descoberta. Ela derivava, em boa medida, da leitura da *Antropogeografia* de Ratzel como também da percepção do contato do homem branco com os índios que habitavam o território. A mestiçagem a que os portugueses recorreram na colonização do Brasil, apresenta-se também como elemento decisivo na formação de uma especificidade do brasileiro. Por isso, dedicamos um item desta parte do trabalho

---

<sup>1</sup> Referimos ao artigo publicado no Jornal do Comércio em 1899, mais tarde incluído pela Sociedade Capistrano de Abreu na coletânea homônima.

ao tratamento dado pelo historiador à temática indígena, tentando argumentar que tal tratamento não deve ser pensado como algo inteiramente separado do plano da história do Brasil por ele imaginado.

Aos dois eixos narrativos implícitos na reflexão do historiador – a demonstração da contigüidade territorial e a “história íntima” que une a diversidade – junta-se uma outra questão que também o preocupava. Colocada nas últimas páginas dos *Caminhos* e dos *Capítulos*, ela pode ser resumida na seguinte formulação: os “cinco grupos etnográficos” formados no decorrer do período colonial teriam potencial para formar uma nacionalidade? Ao fim daquele período, afirma o historiador, faltava para cumprir este objetivo um governo próprio, o centro “estava fora”, escreve nos *Caminhos*. Apenas avançando na História do século XIX poderia o historiador demonstrar a consolidação da independência política como possibilidade do exercício da soberania.

Esta questão, bem menos explorada em sua obras, pois Capistrano pouco escreveu sobre o século XIX, não deixa de estar também pressuposta em sua reflexão. A consulta à sua correspondência com o Barão do Rio Branco, bem como suas opiniões sobre a política externa da primeira república, nos deixam entrevê-la.

Pelo tema da política externa iniciaremos esta parte do trabalho, em que se procura demonstrar como a geografia cumpre papel relevante na reflexão do historiador e como ela tem conseqüências para sua concepção da história Pátria.

## 2.1 Capistrano, o Barão e a política externa

A leitura da correspondência entre o historiador Capistrano de Abreu e o Barão do Rio Branco, que abrange o período de 1886 a 1903, bem como de cartas isoladas que Capistrano enviou a outros correspondentes e que mencionam o Barão, permitem a percepção tanto da admiração que o historiador nutria pelas vitórias obtidas em disputas de limites do Brasil com as Guianas Francesa e Inglesa - das quais ele próprio se considera cúmplice<sup>2</sup>- como sua discordância

---

<sup>2</sup> Em carta ao Barão, escreveu: “...seus trunfos são da pátria e portanto meus. Se, em sua missão, algum dia lembrou-se de mim, há de ter sentido que estava ao seu lado, quando pugnava por nossos direitos, que depois da vitória dava-lhe um abraço apertado” [22/06/1895] in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 1, p. 135.

quanto à política de aproximação com os Estados Unidos encorajada pelo Barão e por Joaquim Nabuco no início do século XX.

A partir desta correspondência, podemos avaliar também como há entre os dois intelectuais interesses comuns, que dizem respeito à questão do território nacional e a valorização deste como um dos elementos da herança da colonização portuguesa. Estas preocupações dizem respeito também à afirmação da capacidade de auto-governo e da soberania nacional. Por isso, é interessante considerar o problema do lugar do Brasil no concerto das demais nações civilizadas.

Capistrano está convencido de que vive no momento histórico em que o processo de formação da nação, iniciado nos tempos coloniais, chegaria ao seu termo. Por outro lado, por estar ainda em curso, correria o risco de um desvio que poderia levar a sociedade não na direção de uma posição autônoma no concerto das nações, mas na da sua subordinação e, mais grave, com o risco da própria dissolução de uma herança acumulada de três séculos de formação.

Nas cartas ao Barão do Rio Branco, publicadas por José Honório Rodrigues, estão implícitos alguns dos temas caros a Capistrano de Abreu em sua atividade intelectual a partir dos anos 80 do século XIX. Temas que dizem respeito ao eixo espacial da história Pátria e que vigorariam mais tarde em forma de síntese nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* e nos *Capítulos de História Colonial*. Delas também se apreende que o cearense admira a capacidade do Barão como historiador e conhecedor de questões, que até então, não lhe tinham absorvido a atenção.

Em carta datada de 9 de abril de 1887, época em que Capistrano trabalhava na Biblioteca Nacional e estava envolvido na publicação dos *materiais e achegas para a História e a geografia do Brasil*, escrevia que pretendia dedicar-se ao século XVII, pois “na obra de Varnhagen, tirado tudo o que diz respeito às guerras espanholas e holandesas, quase nada há para representar este século. Preencher estas lacunas é o meu interesse principal”<sup>3</sup>. Nesta mesma carta afirma a questão que para ele é a mais importante da história Pátria: o povoamento da zona entre o São Francisco e o Parnaíba.

---

<sup>3</sup> Carta ao Barão do Rio Branco, [09/04/1887], *ibid.*, vol.1, p. 113.

Ora, esta questão guarda estreita relação com o seu projeto historiográfico, qual seja, escrever a “história íntima”, a da ocupação do interior e da constituição de um território contíguo, pois tratava-se aí de investigar o caminho por terra entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil que pudesse acabar com o isolamento do primeiro. Elucidar a formação dos caminhos significava estabelecer uma explicação científica para a ocupação do território e para a ligação entre os seus diferentes espaços. As identidades capitaniais, que vimos aparecer como resultante das “lutas municipais” na primeira parte deste trabalho, deveriam convergir para o todo da história Pátria.

Desde o início dos anos 80, Capistrano de Abreu ficara impressionado pela leitura da *Antropogeografia*, de Friedrich Ratzel, o que reforçaria uma convicção emitida em texto de 1881 de que “a luta territorial é a grande, a importante, a fundamental questão”.<sup>4</sup> Como vimos através da correspondência com Lino de Assunção, a problemática do território é uma variável de importância prioritária na percepção do historiador. É ela, na verdade, que responde pela originalidade de seu projeto intelectual. A “história íntima” que o historiador pretende escrever tem claros fundamentos geográficos, o que se pode perceber no deslocamento espacial que faz do litoral para o sertão e no impacto do meio na lenta transformação do colonizador.

Investigar a “luta territorial” pelo estudo das estradas seria para o jovem Capistrano o meio de escrever “uma história que ainda não encontrou quem a narrasse: a do emprazamento lento do território; do avanço da civilização e do recuo da barbaria; da substituição do povo brasileiro às hordas bráslicas nômades”.<sup>5</sup> Vimos na primeira parte deste trabalho como desde o início dos anos 1880, está posto um projeto de pesquisa que tem como objetivo responder a questões precisas acerca da história Pátria. Essas inquietações, evidentemente, são os guias de sua pesquisa e os motivos que o levarão a constituir, ao longo do tempo, uma bibliografia específica para responder suas perguntas, o que faz dele um historiador cioso de seu trabalho.

A partir dessas considerações, o diálogo de Capistrano com o Barão ganha outros contornos, além de uma pura troca de informações acerca de documentos e

---

<sup>4</sup> ABREU, J.C., “Variedade. Gravetos de história Pátria” [09/12/1881] in *Ensaio e estudos*, 4ª série, Op.Cit., p.311.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 310.

mapas. O que se está discutindo ali, como ficaria evidente alguns anos mais tarde na obra de ambos, é a associação entre a população, o povoamento, o território e a identidade nacional. Isso num contexto de plena expansão do imperialismo internacional e da consolidação de uma política externa agressiva por parte dos Estados Unidos em relação à América Latina.<sup>6</sup>

Na carta que citamos acima, Capistrano comenta uma questão para ele incômoda, que destaca aspectos da colonização do sul do país:

“...felizmente, graças a V. Ex.<sup>a</sup>, não terei de haver-me com questões sulistas, que V. Ex.<sup>a</sup> conhece melhor que ninguém. Desde 1864 e 1865 conhecia-as melhor que Varnhagen. Eu nunca estudei este assunto, e quando soube que V.Ex.<sup>a</sup> ia afinal presentear-nos com o resultados de suas investigações, ainda menos pendor senti para ele...Hoje reconheço que fiz mal: no Rio da Prata, desde os compêndios, implanta-se o ódio contra o Brasil. Precisamos ir fazendo o mesmo, para não se reproduzir o caso da Prússia contra a França – aquela considerando esta como inimigo hereditário – der Erbfeind, enquanto a França considerava-a como sua amiga tradicional...”<sup>7</sup>

Nestas observações, estão implícitas referências à guerra franco-prussiana de 1870-71 e à reorganização do mapa da região. E, claramente, alude-se à preocupação com a possibilidade de perdas territoriais ao sul, região considerada problemática pelo historiador, algo que podemos intuir pela brevidade de suas considerações sobre a colonização no sul do país nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Voltaremos a este assunto no decorrer desta parte do trabalho.

Embora por meios e com critérios diferentes, as preocupações do Barão e de Capistrano tendem a se aproximar quanto a um aspecto: o reconhecimento da herança territorial deixada pela ocupação portuguesa como legitimadora dos limites, resolvidos ou em disputa com outras nações. Os critérios definidores do

<sup>6</sup> A política externa brasileira na primeira república deslocou o eixo diplomático de Londres para Washington. Desde o fim do século XIX, as relações Brasil-Estados Unidos se acentuaram. “Os norte-americanos surgiram como os melhores fregueses das três exportações principais do Brasil: café, borracha e cacau”. Em 1870, os Estados Unidos compravam mais da metade do café exportado pelo Brasil e em 1912, Nova York era o principal mercado da borracha no mundo sendo quase 60% da borracha negociada proveniente do Brasil.

BURNS, E.B., “As relações internacionais do Brasil durante a primeira república” in FAUSTO, B. (org), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, Vol. 2, p. 377.

Sobre a política externa norte-americana em relação à América Latina e o surgimento de uma mentalidade imperial nos Estados Unidos, cf. SCHOULTZ, L., *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*.

território nacional passam pela ocupação efetiva do solo pelos antigos colonizadores, argumento que o Barão utilizaria nas *memórias* que redigiu para as contendas diplomáticas contra a França e a Inglaterra, contando com o auxílio de Capistrano, entre outros, para recolher documentos ou provas. Este, por sua vez, utilizando a geografia como instrumental teórico, via nas relações entre o território e os povos, traços da diferenciação progressiva entre brasileiros e portugueses. Os temas privilegiados pelo historiador cearense se relacionam com os do programa de Ratzel para a geografia, como a influência que a natureza exerce sobre os povos, a variabilidade destes mesmos ou a expansão espacial das populações.

Nas *memórias*, o Barão se utiliza de mapas, relatos de viagem e documentos oficiais para provar a precedência da presença portuguesa nos territórios em litígio. A existência de fortes militares, soldados e índios submetidos à autoridade portuguesa compõem os elementos que dariam a Portugal – e depois ao Império do Brasil - a soberania sobre a região.

As disputas em torno do *território contestado* ao norte ganhavam atualidade com a publicação da coletânea *Brasil, 1889*, organizada por E. Lavasseur e escrito para apresentar o Brasil às demais nações na Exposição Universal de 1889, realizada em Paris naquele ano. O próprio organizador escreveu um texto sobre a geografia física em que descreve a extensão territorial do Império, fazendo considerações sobre os limites ainda indefinidos:

“A superfície dada como oficial é de 8.337.218 km<sup>2</sup>; na realidade, não se conhece com precisão a extensão desse império, cujo território não foi cadastrado e cujas fronteiras terrestres estão em vários pontos indeterminados. Ele ocupa o quinto lugar no mundo em extensão territorial, depois do império britânico, do império russo, da China e dos Estados Unidos; é 16 vezes maior que a França”<sup>8</sup>

Seguem-se após estas observações as considerações sobre o *território contestado* ao norte do país. O limite do Oiapoque para fronteira entre Brasil e a Guiana francesa era aceito “provisoriamente” pela administração francesa. Já “toda a região que se estende ao sul até o Amazonas (em Macapá, sob o equador) tem sido há dois séculos e meio objeto de um litígio primeiro entre a França e

<sup>7</sup> Carta ao Barão do Rio Branco, [09/04/1887], *ibid.*, p. 113.

<sup>8</sup> LAVASSEUR, E., “geografia física” in *O Brasil, 1889*, p. 14.

Portugal, depois entre a França e o Brasil; a diplomacia ainda não resolveu. Essa região é conhecida pelo nome de *território contestado*”.<sup>9</sup> A disputa só seria resolvida no ano de 1900, com a vitória da argumentação do Barão do Rio Branco e a incorporação definitiva de 260.000 km<sup>2</sup> de terras.

A questão da fronteira ao norte, tinha relação com o desejo dos franceses de garantir a navegação pelo Amazonas. Capistrano tratou da questão nos *Caminhos*, aludindo inclusive às tentativas francesas de falsificação de limites após o tratado de Utrecht, que confirmava o Oiapoque ou Vicente Pinzon como fronteira. Na ocasião, os franceses descobriram “mais de um rio Vicente Pinzon e mais de um Oiapoque, de modo a aproximarem-se o mais possível do Amazonas, e nele estabeleceram seu verdadeiro e constante objetivo”.<sup>10</sup> Estas considerações nos fazem ver como era urgente para o historiador cearense a elaboração de uma narrativa científica, apoiada em sólida documentação, da gestão do território nacional. Ela seria capaz de solucionar pendências e estabelecer a soberania legítima sobre o território contestado.

As disputas de limites, embora não sejam temas prioritários para Capistrano, são tratadas por ele com clareza e concisão; mas como ele próprio diria nos *Caminhos*, obedecem a “outras considerações”, sugerindo que a sua intenção de investigar o sertão e o interior, faziam de sua história algo diferente da história diplomático-militar<sup>11</sup> e de tratados. Como escreveu certa vez sobre Frei Vicente, almejando talvez uma inspiração, “a história não se lhe antolha de coturno, mas de chinelos”.<sup>12</sup> No estilo do frade baiano, haveria espaço para a consideração do sertão, eliminando o exclusivismo do litoral opulento e transoceânico.

O texto de história do livro *Brasil, 1889* ficou a cargo do Barão do Rio Branco e, ao que parece, foi composto a partir de excertos de sua História do

---

<sup>9</sup> Ibid.

<sup>10</sup> ABREU, J.C., “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, in *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, p. 89.

<sup>11</sup> Um texto de 1882, publicado na Gazeta de Notícias, nos dá mais elementos para a confirmar a distinção feita pelo autor. Nele, o historiador divide as províncias brasileiras em dois tipos. As que “entestam” com possessões estrangeiras e as que por todos os lados “entestam” com terras nacionais. “Nas primeiras, o povoamento não é espontâneo, pois determinam-no sobretudo considerações militares; nas segundas, o que domina é a conveniência industrial”.

Capistrano de Abreu: “Gravetos de história Pátria” [29/05/1882] in *Ensaio e estudos*, 4ª série, p. 314.

<sup>12</sup> Prefácio a História de Frei Vicente do Salvador, in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 13, dez. 1888, p. xviii.

Brasil publicada em francês, sobre a qual Capistrano se refere elogiosamente: “Ia terminar sem lhe dar os parabéns pela sua História do Brasil. É esplêndida, e quanto aprendi nela! Veio-me a idéia de traduzi-la, acrescentando-lhe alguns capítulos e notas...”<sup>13</sup> Os acréscimos, como fica evidente em outra carta seriam relativos a questões do povoamento. De fato, Capistrano investiu tempo na preparação de uma edição brasileira da coletânea *Brasil, 1889*.<sup>14</sup>

A história que o Barão escreve, como a de Varnhagen, concentra a atenção nos acontecimentos do litoral, aquela que Capistrano denominou *história externa*, a de Portugal e da relação do Império com suas possessões ultramarinas. O interesse do historiador cearense, por outro lado, está em desvendar a *história íntima*, aquela que narra a lenta ocupação do território, a interiorização do povoamento e a formação da nação brasileira. E que é capaz de perceber a transformação da “emoção coletiva” do brasileiro, a superação progressiva do transoceanismo dos primeiros povoadores em direção ao sentimento de superioridade à metrópole, ou à idéia da independência. Estas duas dimensões da *história íntima*, uma mais empírica que tinha como ferramenta a geografia de Raztel e a outra, do “sentimento” coletivo da população que vai se afirmando como distinta dos portugueses, são inseparáveis no pensamento de Capistrano de Abreu.

No crepúsculo do século XIX, entretanto, uma questão incomodava o historiador: O Brasil superara a “emoção de inferioridade” a Portugal, mas teria superado o mesmo sentimento em relação à Europa? A nação que estava a ponto de completar o seu processo de formação seria capaz de trilhar um caminho próprio ou de controlar seu destino? Em outros termos, seria capaz de auto-governo?

<sup>13</sup> Carta ao Barão do Rio Branco, [25/01/1890] in *Correspondência...Op.Cit.*, p. 128.

<sup>14</sup> “Agradeço-lhe muito as notas que promete para a edição brasileira do artigo *Brésil* e fico à espera. Creio que o trabalho não estará pronto antes do fim de maio e até este tempo não é transtorno nenhum esperar. Já está quase toda impressa a parte relativa à geografia; na próxima semana estará para o prelo a parte histórica. Tanto em uma quanto em outra fiz algumas notas e acréscimos, de modo que julgo darão as duas partes cerca de 300 páginas, se não mais...Na parte histórica, pretendo juntar largos excertos de sua História no livro do Santana Nery e desenvolver um pouco mais o que diz respeito ao povoamento; é possível mesmo que acrescente uns três capítulos. A esta parte juntarei os dois apêndices e o posfácio do Lavasseur”  
Carta ao Barão do Rio Branco, [17/04/1890] in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 1, p. 129.

Tais questões se relacionam com a sensação, partilhada por outros intelectuais de seu tempo, de incompletude do processo de formação da nacionalidade. A projeção para o futuro que a noção do processo incompleto implica, serve também para referir ao próprio conhecimento do passado. Vimos na primeira parte do trabalho como Capistrano aguardava a publicação de “monografias” e documentos para que se pudesse escrever uma história do Brasil pautada por critérios científicos. É como se estas duas formações – a da nação e a da narrativa histórica desta mesma – fossem necessárias uma à outra.

Numa carta a Mário de Alencar, o historiador expressa algumas convicções e dúvidas:

“Com o catálogo dos mss. do Conselho Ultramarino, começado a publicar pelo Cícero, vê-se como é prematuro pensar em escrever a história do Brasil. Só conhecemos os documentos triviais, dos mais importantes, dos fundamentais, só agora vai se conhecendo a existência. Uma pessoa moça, de recursos, que pudesse ir residir em Lisboa, poderia fazer alguma coisa, se valesse a pena. Quem sabe se o Brasil está em evolução ou dissolução?”<sup>15</sup>

Aqui, recuperamos a idéia de que o conhecimento histórico se aparenta a um edifício em permanente construção. Se associarmos a interrogação que coloca ao final da citação com as conclusões a que Capistrano chega nos *Capítulos de História Colonial* acerca da atrofia das questões públicas no país e da dúvida sobre a existência de uma consciência nacional<sup>16</sup>, vê-se os riscos a que a nacionalidade – na visão de Capistrano - estava exposta. O próprio historiador não descarta a permanência de vícios da época colonial em seu próprio tempo. A unidade da História do Brasil que o historiador tanto buscou provar era, entretanto, tão frágil quanto necessária para enfrentar os perigos externos e o risco da dissolução da nação.

<sup>15</sup> Carta a Mário de Alencar, [15/09/1915], in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Op.Cit., p. 243.

<sup>16</sup> “...as manifestações coletivas eram sempre passageiras...Entre o estado e a família não se interpunham coordenadores de energia, formadores de tradição, e não havia progresso definitivo. Um individuo podia tentar uma empresa e levá-la a bom êxito; com a sua ausência ou com a sua morte perdia-se todo o trabalho, até vir outro continuá-lo passados anos, para afinal colher o mesmo resultado efêmero. Vida social não existia porque não havia sociedade; questões públicas tão pouco interessavam e mesmo não se conheciam: quando muito sabem se há paz ou guerra, assegura Lindley. É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitania, embora usassem tratar-se de patricio e paisano.”  
ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p.256.

Em outra carta do mesmo dia, mas enviada a Domingos Jaguaribe, podemos ver que a situação brasileira era agravada, em sua visão, por causa da conjuntura da Guerra Mundial. Assim comentava aspectos da economia do Brasil:

“V. não pode imaginar a que ponto ficamos reduzidos, porque nunca freqüentou uma república de estudantes quebrados e caloteiros. Com a guerra piorou tudo, e quem sabe quando acabará isto? Depois da guerra a coisa será pior, porque a reconstrução européia será a maior empresa que jamais se iniciou e de lá não podemos esperar nem dinheiro, nem capitais”<sup>17</sup>

A conjuntura da Guerra apenas agravava a dúvida que Capistrano tinha em relação ao futuro do país. Em carta enviada ao amigo Guilherme Studart, colocara a mesma dúvida que continuaria a inquietá-lo nos anos seguintes: “...Punge-me sempre a dúvida: o brasileiro é povo em formação ou dissolução? Vale a pena ocupar-se de um povo tão dissoluto?”.<sup>18</sup> Os sinais de tendência à dissolução estariam enraizados na experiência dos “3 séculos de formação” – em que pese o lento progresso em direção à consciência nacional. Por outro lado, o próprio estado de espírito do historiador parece contribuir. A atitude otimista presente no jovem Capistrano em relação às possibilidades de sua ciência e dos avanços do Brasil parece que cedem lugar a certo ceticismo.

Nos pouco freqüentes comentários que faz ao tempo que testemunha, é possível reconstituir algumas referências. Assim, por exemplo, em carta a Domingos Jaguaribe alude à questão da imigração européia:

“compreendo a fascinação que sobre o seu espírito exercem colonização e imigração, seus velhos amores ainda do tempo de estudante. Mas para que V. há de entrar nisto agora? Planos não faltam, faltam bons imigrantes, bons chefes de colônia, faltam terras próprias para culturas de gente branca, falta enfim a noção de que o Brasil não irá por diante enquanto o café reinar e não tratarmos de nossa alimentação com os próprios recursos. Por isso, a Argentina prospera e Brasil marca passo...”<sup>19</sup>

Nesta passagem, vemos que a questão da imigração européia a partir de fins do século XIX, colocava um problema sério do ponto de vista da nacionalidade tal

<sup>17</sup> Carta a Domingos Jaguaribe [15/09/1915], in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Op.Cit., vol. 1, p. 41.

<sup>18</sup> Carta a Guilherme Studart, [19/09/1909], *ibid.*, p. 182.

Quase dois anos depois escreve a Mário de Alencar [18/01/1911]: “E além disso a questão tenebrante: o povo brasileiro é um povo novo ou um povo decrépito?”, *ibid.*, p. 226.

<sup>19</sup> Carta a Domingos Jaguaribe, [10/12/1909], *ibid.*, p.35.

como constituída até aquele momento. Pois quando a imigração se torna uma alternativa real, a própria continuidade de um processo formativo de três séculos, poderia tomar outros rumos. O historiador tende a tomar certo distanciamento em relação à questão e a considerá-la precipitada. A ânsia das elites políticas em promover a imigração e o branqueamento da sociedade não parece ser compartilhada pelo historiador cearense, que afirma a mestiçagem como característica fundadora da nacionalidade.<sup>20</sup>

Não seria exagero fazer referência também à condição agro-exportadora do país como obstáculo a seu próprio desenvolvimento. Neste ponto é preciso referir ao que Capistrano denominara, em 1880, de *história externa*. À ela “convém que trate o Brasil como colônia portuguesa, a princípio desdenhada, dividida depois em donatárias para fazer frente aos franceses, paulatinamente reduzida a possessão régia, vaca de leite no tempo de D. João IV, bezerro de ouro no tempo de D. João V”.<sup>21</sup> Ela leva à percepção da condição colonial do país, que tem na política externa de aproximação com os Estados Unidos, na percepção de Capistrano, mais um de seus sintomas. O historiador cearense recorre, nesse aspecto, a um paralelo com a História de Portugal.

A antiga metrópole há muito encontrava-se em situação de dependência em relação à Inglaterra. Sobre este tema, o historiador brasileiro parece ter sofrido influência da interpretação do historiador português Oliveira Martins. Em texto de 1881, escrevera o cearense: “...de quantas teorias se têm apresentado para explicar a história portuguesa, nenhuma parece mais satisfatória do que a do Sr. Oliveira Martins”.<sup>22</sup>

No prólogo de *Camões, os lusíadas e a renascença portuguesa*, escrito em 1891, mas que retoma argumentos desenvolvidos em obras anteriores, Oliveira Martins relembra um artigo de sua autoria publicado a 10/06/1880 no jornal

<sup>20</sup> Em um dos artigos intitulados *história Pátria* publicados pela Revista Kosmos em 1905, alguns dos quais aproveitados nos *Capítulos de História Colonial*, Capistrano escreveu: “Os pecados que tanto escandalizavam Nóbrega (cartas 83-93, Vale Cabral, 1886), um profano chamaria de mestiçagem. Alastrava por toda a parte...Quem poderia, aliás, detê-los? Prejuízos de cor? Olhavam tanto para elas que chamavam negras às cunhãs. Receio da lei? Um batismo sumário desarmava as Ordenações. Escrúpulos religiosos? Os sacerdotes abençoavam e impeliavam a multiplicação”, in Revista *Kosmos*, Julho de 1905. Este texto não foi aproveitado por Capistrano nos *Capítulos* nem publicado pela Sociedade Capistrano de Abreu.

<sup>21</sup> ABREU, J.C., “Livros e letras” [19/10/1880], in *Ensaios e estudos*, 4ª série, p. 157-8.

<sup>22</sup> Id., “Camões de perfil” [1881], in *Ensaios e estudos*, 1ª série, Op.Cit., p. 94.

*Comércio português*: “Camões escreveu um poema que foi um epitáfio, porque a sociedade que cantou acabou com ele...devemos considerar o centenário como um incitamento à melhor vida. Penitenciemo-nos, pois”.<sup>23</sup> A estas palavras, acrescenta que o “fim fúnebre do século XVI, quando morrem Camões e Portugal”<sup>24</sup>, assemelhava-se ao fim de século por ele vivenciado, numa referência ao ultimato inglês de 1890.

Segundo José Mattoso, o ultimato

“consistira numa nota entregue ao ministro dos Negócios Estrangeiros Português pelo embaixador da Inglaterra em Lisboa exigindo que Portugal ordenasse imediatamente a retirada de uma expedição militar que atacara alguns indígenas protegidos pelos ingleses na África Oriental, no Chire (atual Malawi). O governo português cedeu, protestando, embora, que o território africano em que o confronto se dera pertencia a Portugal...Havia, aliás, uma espécie de tradição anti-inglesa, alimentada por ressentimentos históricos, pela perda da Índia, pelo Tratado de Methuen...”<sup>25</sup>

Numa carta enviada a Eça de Queiroz, Oliveira Martins escreveu sobre o ultimato: “é para estar a caráter quando se discutir a questão inglesa. Uma derrocada! 1580 sem D. Sebastião. Uma catástrofe sem lirismo”.<sup>26</sup> Como enfatizou o crítico Antônio José Saraiva, no esquema da *História de Portugal* de Oliveira Martins “a vida nacional portuguesa acabou com a dinastia de Avis e toda a existência posterior do Estado português é uma mera conveniência do equilíbrio europeu”.<sup>27</sup>

No contexto do ultimato, episódio do acirramento da concorrência imperialista, o prestígio da idéia de nação é reforçado entre a intelectualidade portuguesa: “A perplexidade de Eça (então cônsul em Paris) e o entusiasmo do *Diário de Notícias*, o mais lido jornal de Lisboa, teriam de certo que ver com o fato de terem sido os escritores e a imprensa popular quem melhor formulara a idéia de nação e fizera sua propaganda”.<sup>28</sup>

<sup>23</sup> MARTINS, J.P.O., “Prólogo”, in *Camões, os lusíadas e a renascença em Portugal*, 1891, p. ix. Na sua *História de Portugal* (1879), cuja repercussão na intelectualidade brasileira mereceria um estudo, Oliveira Martins escrevera: “Negar que durante os três séculos da dinastia de Avis a nação portuguesa viveu de um modo forte e positivo, animada por um sentimento arraigado de sua coesão, seria um absurdo. Essa coesão...perde-se no século XVI, por causa das conseqüências do Império oriental e da educação dos jesuítas. Portugal acaba. Os lusíadas são um epitáfio”, *História de Portugal*, p. 23.

<sup>24</sup> Id., “prólogo” Op.Cit., p. xii.

<sup>25</sup> MATTOSO, J., *História de Portugal*, vol. 6, p. 38.

<sup>26</sup> Carta a Eça de Queiroz [1890], in *Correspondência de Oliveira Martins*, sl, sd, p. 137.

<sup>27</sup> SARAIVA, A.J., “Dois ritmos da obra de Oliveira Martins”, in *Para a história da cultura em Portugal*, Vol. 1, p. 199.

<sup>28</sup> MATTOSO, J., Op.Cit., p. 39.

A busca de explicações para a *decadência* portuguesa era preocupação constante da reflexão de Oliveira Martins. Neste particular, como enfatizou o já citado crítico Antônio José Saraiva, a sua obra procurava responder a perguntas colocadas por “intelectuais portugueses de cultura européia”:

“A influência de Herculano sobre Antero e Oliveira Martins na explicação histórica da vida portuguesa é muito clara. As *Causas da decadência dos povos peninsulares* desenvolvem um tema das *Cartas sobre a História de Portugal*: o da concentração da soberania do rei e a conseqüente decadência da iniciativa e liberdade individuais. Esta mesma teoria tem lugar importante na *História da Civilização Ibérica*...É Herculano quem põe em evidência o interesse na época de Avis como realização máxima da nacionalidade e de Herculano vem a noção de que posteriormente a essa época se inicia a decadência”<sup>29</sup>

Importa destacar que a geração de Antero de Quental e Oliveira Martins, a geração de 70, faz uma avaliação crítica da imagem do povo português como uma comunidade com vocação autônoma no plano político e cultural. Trata-se de um “criticismo patriótico”, na expressão de Eduardo Lourenço: “...interrogávamo-nos apenas pela boca de Antero e de parte da sua geração, para saber se ainda éramos viáveis, dada a, para eles, ofuscante *decadência*”.<sup>30</sup>

Capistrano de Abreu conhecia as discussões sobre a *decadência* dos povos peninsulares, como fica claro no texto “a literatura brasileira contemporânea”. Mas as questões acerca da História de Portugal são também assunto destacado de sua correspondência com o historiador português João Lúcio de Azevedo: “Permita-me, porém, uma pergunta: Portugal foi algum dia verdadeiramente agrícola? Sustentou-se algum dia com seus recursos? Tenho antes a impressão de um país colonial, que antes de Ceuta fabricava vinho, e produzia coisas próprias para a exportação, descurando a economia interna (no Brasil produzimos para sobremesa: café, açúcar)”.<sup>31</sup> O mesmo descuido com a economia interna parece ser o caso do Brasil, apesar dos esforços seculares a que Capistrano alude de unificação territorial e econômica, a que voltaremos mais adiante.

<sup>29</sup> SARAIVA, A.J., “Notas sobre o lugar de Oliveira Martins na evolução da cultura européia” in *Para a história da cultura em Portugal*, Op.Cit., p. 231.

<sup>30</sup> LOURENÇO, E., “psicanálise mítica do destino português”, in *O labirinto da saudade*, p. 24.

<sup>31</sup> Carta a João Lúcio de Azevedo, [19/07/1925], in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 2, p. 336.

O Brasil, “vaca de leite no tempo de D.João IV” e “bezerro de ouro no tempo de D.João V”, ficava fragilizado pela dependência das oscilações do mercado internacional do café e depois da borracha.<sup>32</sup> Num contexto histórico de concorrência entre as nações imperialistas, a questão da política externa de aproximação dos Estados Unidos aparece como possibilidade de dependência e dissolução nacional, tal como teria ocorrido com Portugal, reduzido a cais da Inglaterra, na visão de Capistrano.<sup>33</sup>

Em carta a Domício da Gama, a formulação já aparecera:

“Em diplomacia somos associados, não somos aliados; temos de formar ao lado dos Estados Unidos, entregar nosso voto a Wilson. Não creio na amizade dos Estados Unidos, filho espúrio de Salvador de Mendonça, criado e chocado pelo Barão, pelo Nabuco, por V., talvez por Assis Brasil, que já tem a visão menos turva. O que vocês querem é colocar o Brasil relativamente aos Estados Unidos na relação de Portugal com a Inglaterra. Imagino e desejo ambições menos modestas. O manual do Itamaraty deve ser a *Ilusão Americana*. Tem um? Devia ter, mas é o livro de um homem”<sup>34</sup>

O tema da política externa interessa não apenas pela situação histórica do Brasil no plano internacional, mas também pela questão da identidade da nação. O livro de Eduardo Prado, escrito e publicado em 1893, revigorava a imagem do Brasil como o único Império em meio às repúblicas sul-americanas. Voltando ao Brasil depois da proclamação da república, o conselheiro acreditava na possibilidade de retorno da monarquia. Capistrano de Abreu, escrevendo no *Jornal do Comércio* quando da morte daquele, assinalou:

“Da primeira vez que veio ao Brasil, depois de proclamada a República, interpelado na intimidade se acreditava na volta da monarquia: ‘sem dúvida – respondeu – e por dois motivos: nos tempos modernos nunca uma monarquia foi definitivamente abolida logo da primeira vez; além disso, a ditadura

<sup>32</sup> Capistrano, além de ter escrito que no Brasil “produzimos para sobremesa”, arremata a carta citada acima em tom de ironia: “Antes de terminar: a borracha sobe! Viva o Zé-pereira!”

<sup>33</sup> Expressa, por exemplo, na carta de 19/07/1925, citada acima. A necessidade de uma visão da história de Portugal (elemento da “história externa”) é também aqui manifestada. “Para aprender a história da França ou Itália ou qualquer país do ocidente europeu, basta ler certos livros. Para a de Portugal, quais são eles? A pessoa tem de redigir uma para próprio uso. É o que V. tem feito, é o que não pude, é o que em que nunca pensei. Chamá-lo mestre indica apenas uma diferença fundamental...Minha afirmação é apenas: depois da derrota de Toro, Portugal perdeu a confiança em si, e D.João II, Isabel, Fernando viram a necessidade de unir a península. Resultado: Portugal reduzido a cais da Inglaterra. A isto os integralistas chamam a era gloriosa. Não admira: Rio Branco, Nabuco e outros aspiram a fazer do Brasil o cais dos Estados Unidos para a América do Sul.”

<sup>34</sup> Carta a Domício da Gama, [11/11/1916] in *Correspondência*, Op.Cit., vol. 1, p. 262.

promulgou por atacado todas as reformas que a monarquia iria lentamente realizando no decorrer dos anos; que resta hoje ao irrequieto povo brasileiro para fazer: A separação ou a monarquia. Estou certo, não hesitará”<sup>35</sup>

No pensamento político do século XIX brasileiro, como se sabe, a monarquia era associada à unidade nacional. E sua auto-imagem projetava nos demais países sul-americanos a idéia da desordem e da anarquia republicanas. Para o que se refere ao Império do Brasil, o problema representado pela proclamação de 1889 era a possibilidade de dissolução da nação em várias repúblicas. Para Capistrano, a política externa de aproximação aos Estados Unidos poderia potencializar os riscos do separatismo e de dissolução nacional.

Na argumentação de Eduardo Prado, que Capistrano parece endossar,<sup>36</sup> o Brasil nada tem em comum com os Estados Unidos, de quem “nos achamos separados, não só pela grande distância, como pela raça, pela religião, pela índole, pela história e pelas tradições de nosso povo”.<sup>37</sup> Não seria exagero considerar que neste ponto, os dois intelectuais partilham de um argumento historicista – da especificidade da História nacional e das instituições que lhe seriam adequadas – ou de um nacionalismo defensivo que podia ser contraposto à Doutrina Monroe. Prevalece a convicção de que a matriz da civilização é a Europa.

Para Eduardo Prado, aquela doutrina não seria aplicável ao Brasil não só por razões de fundo histórico e cultural. Recorre também à imagem difundida pela cartografia lusa desde o século XVI, de uma entidade geográfica recortada por acidentes naturais, a saber, a Ilha-Brasil: “Dizem os geólogos que o Prata e o Amazonas foram em tempo dois longos mares interioranos que se comunicavam. O Brasil, ilha imensa, era por si só um continente”.<sup>38</sup> Região destinada pela própria natureza a uma inserção diferenciada no contexto sul-americano.

Em certa medida, o posicionamento de Eduardo Prado, do próprio Capistrano e de outros intelectuais como Rui Barbosa sobre a política externa da

<sup>35</sup> ABREU, J.C., “Eduardo Prado” [05/09/1901] in *Ensaio e estudos*, 1ª série, p. 236.

<sup>36</sup> Não deixa de ser significativo o fato de ter escrito a Afonso Taunay, [18/11/1920]: “Brasil com s é mascote; com z é urucubaca”, in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Vol.1, p. 318.

No texto que redigiu em homenagem a Eduardo Prado, Capistrano observou (sobre o livro *A Ilusão Americana*): “Não fala assim o político, fala o patriota: exorta-nos a abrimos os olhos para os perigos da Doutrina Monroe, com a qual nada temos a ganhar e podemos tudo perder”

ABREU, J.C., “Eduardo Prado” in *Ensaio e estudos*, 1ª série, p. 237.

<sup>37</sup> PRADO, E., *A Ilusão Americana*, 5ª edição, p. 17.

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 19. Sobre a ilha-Brasil, cf. MAGNOLI, D., *O corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*.

primeira república, é uma manifestação de convicções historicistas - as instituições adequadas à nação são aquelas forjadas por sua própria História, o que implica aqui um reconhecimento da herança colonial *ibérica*<sup>39</sup> - e da percepção de possíveis ameaças à soberania do país devido a presença americana cada vez mais agressiva no sul do continente americano.<sup>40</sup>

A visão sobre a política externa do Barão do Rio Branco, que Capistrano manifestou em sua correspondência, nos permite avaliar também seus posicionamentos acerca da inserção do Brasil no cenário internacional da época. Nos *Capítulos de História Colonial*, mas não apenas aí, aparece a noção do país explorado e das conseqüências desta situação. Embora o tom seja ainda discreto - pois pesa também a questão da identidade, para a qual o português contribuiu com peso<sup>41</sup> - não é possível deixar de reconhecer que a percepção daquela situação é feita.

Apesar da “transformação da emoção coletiva” do brasileiro, que ao longo de três séculos construiu para si uma identidade singular, contrastando com a do antigo colonizador, resta ainda a emoção de inferioridade à Europa.<sup>42</sup> Essa própria noção significa que ainda há algo a fazer. O processo de formação da nacionalidade está incompleto. Um questionamento que está por trás destas considerações é em que medida esta jovem nacionalidade seria capaz de preservar

<sup>39</sup> “o espírito americano é um espírito de violência; o espírito latino, transmitido aos brasileiros, mais ou menos deturpado através dos séculos e dos amálgamas diversos do Iberismo, é um espírito jurídico que vai, é verdade, à pulnize do bacharelismo, mas conserva sempre um certo respeito pela vida humana e pela liberdade”.

No argumento, a civilização americana aparece associada ao materialismo. A própria palavra civilização, ao invés, deveria se referir à “elevação moral”.

PRADO, E., *A ilusão americana...* Op.Cit., p. 171.

<sup>40</sup> Lúcia Lippi Oliveira escreve: “o expansionismo da política externa americana e sua agressividade na ocupação da Cuba levaram Rui Barbosa a escrever, em 29 e 30/05/1899 dois artigos para *A imprensa* condenando a ingenuidade da posição do Brasil frente aos Estados Unidos e à Doutrina Monroe.”

OLIVEIRA, L.L., *A questão nacional na primeira república*, p. 104.

<sup>41</sup> Em Varnhagen, é difícil ver esta linha de interpretação devido ao ponto de vista que adota, da ação civilizadora da Casa de Bragança. Capistrano, pelo contrário, vive num momento em que a crítica à colonização portuguesa é recorrente. Ela seria responsável pelo “atraso” do país. Mesmo assim, o historiador valoriza o passado colonial, época em que foi gerado um povo, uma nação distinta da portuguesa, mas com indubitáveis raízes lusas.

<sup>42</sup> No prefácio à Geografia geral do Brasil, de A. Sellin, Capistrano escreveu: “Nem sempre se concordará com os conceitos do autor, mas não envolve inconveniente. Com ele e outros semelhantes forma-se a opinião européia a nosso respeito, e é bom que conheçamos esta opinião, para melhorarmos se for possível ou necessário, para sabermos dirigir-nos em qualquer caso” in SELLIN, A., *Geografia geral do Brasil*, 1889.

sua originalidade em meio ao processo histórico de modernização em fins do século XIX..<sup>43</sup>

Capistrano guardava de memória um capítulo do livro de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, de 1711, recomendado a Paulo Prado e João Lúcio de Azevedo.<sup>44</sup> Neste capítulo, Antonil narra os “tormentos” pelos quais passa a cana de açúcar desde seu plantio até “sepultar-se no estômago dos que o comem”. As canas, depois de cortadas,

“saem do canavial amarradas...Levam-se assim, presas, ou nos carros ou nos barcos à vista das outras, filhas da mesma terra, como os réus, que vão algemados para a cadeia...Chegadas à moenda, com que força e aperto, postas entre os eixos, são obrigadas a dar o quanto tem de sustância? Com que desprezo se lançam seus corpos esmagados e despedaçados ao mar? Com que impiedade se queimam sem compaixão no bagaço?...E, ainda assim, sempre doce e vencedor das amarguras, vai a dar gosto ao paladar dos seus inimigos nos banquetes, saúde nas mesinhas aos enfermos e grandes lucros aos senhores de engenho e aos lavradores que o perseguiram e aos mercadores que o compraram e o levaram degradado nos portos e muito e maiores emolumentos à Fazenda Real nas alfândegas”<sup>45</sup>

A violência que marca o processo de extração e produção do açúcar é uma metáfora do país colonial, espoliado e que deixa suas riquezas serem absorvidas pela metrópole da vez. Ao recuperar o mencionado capítulo de Antonil, Capistrano não recorda apenas uma cena de sua infância, mas reafirma - talvez para si mesmo - a condição do Brasil no cenário internacional, a violência dos três séculos de História e a necessidade de completar o processo formativo da nação.

As questões levantadas por Capistrano acerca da política externa brasileira na primeira república incidiam, como vimos, sobre problemas relativos à identidade nacional e à inserção do Brasil no cenário internacional. Nas últimas décadas do século XIX, o sentimento de crise do Império faz o historiador voltar os olhos para o passado num esforço de fixar-lhe a herança e, com isso, reafirmar

<sup>43</sup> Imagem que aparece com força dramática em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.

<sup>44</sup> A João Lúcio, [18/11/1916]: “Se ainda não conhece a *Cultura e opulência*, asseguro-lhe horas de verdadeiro deleite: o capítulo lembrado de minha infância intitula-se: *Do que padece o açúcar..etc*, Saboreei o prazer divino de ouvir aquele sermão de lágrimas, lido alto, a meu pedido, por um pregador afamado, Monsenhor Brito, que era meu reitor no Pedro II e acabou arcebispo de Olinda”, in RODRIGUES, J.H., *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. II, p. 23.

A Paulo Prado [s.d.]: “A estas horas você está às voltas com o Antonil. Recomendo-lhe muito particularmente o cap.12 da primeira parte: *Do que padece o açúcar desde o seu nascimento na cana até sair do Brasil*”, *ibid.*, p. 390.

convicções acerca das possibilidades de implantação de uma civilização no trópico. Pelo fato mesmo do enredo da História do Brasil atinente à sua reflexão, os “três séculos” de formação são considerados um ponto de partida para um possível ingresso no rol das nações civilizadas.

É como se Capistrano imaginasse duas linhas evolutivas, uma paralela à outra. A primeira remonta aos primórdios da civilização européia, retrata a História desta mesma. A outra retrata três séculos de formação brasileira e alude à especificidade de uma nova cultura. A dúvida que ele manifesta é quando esta última linha deixará de ser paralela e se juntará ao fluxo da História da civilização.

Nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* e no capítulo “O sertão” dos *Capítulos de História Colonial*, estão expressos com força talvez não igualada em outras partes de sua obra, os seus ideais e sonhos sobre a História do Brasil que pretendia escrever e que vimos na primeira parte do trabalho. Os dois textos citados concretizam em parte aquelas aspirações ao retratarem através da lenta ocupação do território, a especificidade da formação brasileira.

## **2.2** **Território e diversidade**

Entre os temas de pesquisa preferidos do historiador Capistrano de Abreu estiveram a formação dos caminhos do povoamento do interior do Brasil. Em contraste com as questões de limites discutidas pelo Barão do Rio Branco, Capistrano procura desvendar a ocupação do interior de um imenso território com importantes variações climática e orográficas. Há que se reconhecer, entretanto, alguns traços de continuidade com a tradição de pensamento da qual participava o Barão do Rio Branco. É como se o historiador cearense continuasse com suas pesquisas uma disposição ao conhecimento da História e da geografia do Brasil oriunda da época imperial, com as missões diplomáticas do IHGB, embora com métodos, motivações e objetivos diferentes.

No caso das elites imperiais, a disposição ao conhecimento servia aos propósitos políticos da consolidação de uma ordem e de constituição de uma classe política dirigente. A importância de constituir uma “visão de Brasil”

---

<sup>45</sup> ANTONIL, A.J., *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* [1711], p. 145,

homogênea no interior daquela classe regulou em boa medida os esforços do IHGB na busca de documentação acerca da História e da geografia do Brasil.

Tratara-se, no caso da geografia, de identificar a idéia de Império com a de seu território. A noção de unidade e da territorialidade do Brasil começara a se impor a partir da inflexão proporcionada pela independência. O território passou a ser considerado um dado adquirido, herança da colonização portuguesa, e tornara-se necessário conhecê-lo em seus pormenores.

Esta perspectiva não é diferente daquela descrita pelo historiador francês Jacques Revel sobre os esforços de conhecimento e domínio do território francês representados pelas “viagens de Estado”, pelo “inquérito” e pelo “mapa”. De tais métodos, “uns visam organizar, melhorar a gestão do território...outros identificam-se com operações de conhecimento, que podem ser de natureza muito diferente, mas que têm todas em comum o facto de assegurar ao poder do Estado uma forma de domínio sobre o espaço que lhe está, em princípio submetido”.<sup>46</sup> Conhecer o território é também produzir discursos acerca dele para governá-lo.

À criação do IHGB, instituição que seria encarregada da produção de discursos acerca da História e da geografia do Império, somavam-se as viagens do imperador como mecanismo de preservação da monarquia e de fortalecimento da unidade nacional.<sup>47</sup>

Em estudo recente, o geógrafo Demétrio Magnoli ressaltou a relevância dos discursos geográficos elaborados pelo IHGB na consolidação e legitimação do Estado Imperial.<sup>48</sup> Estes eram ancorados sobretudo na noção das fronteiras naturais, que no século XIX adquirira “cidadania diplomática”:

“O recurso às características e qualidades físico-geográficas do território ancora o espaço da pátria no tempo mítico, libertando-o da pesada carga de contingência e acaso do tempo histórico. A doutrina das fronteiras naturais representa o esforço mais significativo nessa direção e, também, o ponto de encontro das duas funções desempenhadas pela geografia na elaboração das

<sup>46</sup> REVEL, J., “Conhecimento do território, produção do território. França, séculos XIII-XIX” in *A invenção da sociedade*, p. 104.

<sup>47</sup> Em 1845, o imperador já conhecia as províncias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Em 1847, viajou pela província fluminense. Entre 1859 e 1860, foi ao norte. Visitou as províncias do Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Sergipe.

SCHWARCZ, L.M., *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, p. 357.

<sup>48</sup> “Na América, a independência assinala o início da elaboração das histórias nacionais e, com elas, do imaginário territorial”, MAGNOLI, D., *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-19120)*, p. 38.

identidades nacionais: a logística e cartográfica...e a ideológica, associada à fundação imaginária do território”<sup>49</sup>

A partir de meados do século XIX, a cartografia brasileira começara a produzir uma série de mapas com a representação do território nacional<sup>50</sup>. Nesse contexto é que se recorre ao “mito da ilha-Brasil”. Em diversas formulações ao longo do período imperial, importa perceber que ele trata da “fisionomia” do território nacional a partir de seus limites naturais, tendendo a ocultar uma trajetória histórica e substituindo-a por um destino que estaria “inscrito nas redes hidrográficas, nas cadeias montanhosas e nos recortes litorâneos”.<sup>51</sup> Signo da identidade nacional, a noção da unidade do território aparecia pelo encontro das bacias do Prata e do Amazonas.<sup>52</sup> Tal noção aparece de maneira exemplar em Varnhagen que, em sua *História Geral do Brasil*, escreveu sobre o território ocupado pelo Império:

“Dilata-se desde as cabeceiras mais setentrionais do caudaloso Amazonas até quase às margens do Prata, alargando-se muito mais para as bandas do norte, à feição do continente meridional a que pertence, e do qual constitui quase a metade...Por toda a extensão que abraçam estes dois rios se erguem serranias...Os grandes tributários da margem direita do Amazonas procedem de serras e chapadões, que se erguem numa paragem proximamente central a todo o território, da qual vão ao Atlântico, pelo Prata, outras vertentes depois de contornarem e banharem, com suas águas, os distritos do Sul”<sup>53</sup>

A formulação de Varnhagen ao mesmo tempo respaldava uma herança da colonização portuguesa e associava de maneira inequívoca território e Império. A identidade nacional se fixava a partir da descrição de aspectos da natureza. Uma linha de interpretação que, como se sabe, não é exclusiva do Visconde de Porto Seguro. É assim, por exemplo, que os poetas românticos brasileiros tornaram a

<sup>49</sup> Ibid., p. 40.

<sup>50</sup> Em 1846, publicou-se a *Carta corográfica do Império do Brasil*, organizada por Conrado Jacob Niemeyer, que elaborou em 1857 a *Nova Carta*, encomendada pelo Marquês de Caxias. Em 1868, Cândido Mendes publicou o *Atlas do Império do Brasil*. Em 1875, apareceu durante a Exposição Nacional a *Carta do Império do Brasil*, preparada com base no acervo do Barão da Ponte Ribeiro. Cf. Demétrio Magnoli, *O corpo da Pátria*, Op.Cit., p. 111.

<sup>51</sup> Ibid., p. 41.

<sup>52</sup> Vimos como Eduardo Prado recupera a idéia para atacar a política externa da primeira república. Cf. página 12 acima.

<sup>53</sup> VARNHAGEN, F.A., *História Geral do Brasil*, vol. 1, 3ª edição (anotada por Capistrano de Abreu), 1907, p. 3-4.

natureza símbolo de distinção nacional e, ao mesmo tempo, da autonomia de sua literatura.<sup>54</sup>

No final do século XIX, quando Capistrano de Abreu está em plena atividade intelectual, as motivações e objetivos para o estudo da História e da geografia do Brasil são diversos dos que se postulava na época em que o Estado Imperial se consolidara. O mecenato do Estado e o claro propósito de narrar a “história da civilização do nosso país” manifestados por Varnhagen em seu prefácio à *História geral*<sup>55</sup>, cedem lugar a um novo enredo: o que importa para Capistrano de Abreu é desvendar a trajetória histórica que levou à formação da nação, vale dizer, à lenta afirmação de um “sentimento nacional” – a “história íntima”. Importa destacar o que há de específico nesta nacionalidade, fixando-lhe os tipos e os modos de vida. Prevalece, como dizíamos na primeira parte, uma idéia de história mais próxima do conceito alemão de *Kultur* do que do conceito de civilização mais presente na época de Varnhagen.

Por outro lado, se insistimos na noção do território, é porque esta será uma das preocupações decisivas do historiador cearense. Ela se manifesta também de maneira diferente da que aparece em seus antecessores. Sob a influência da *Antropogeografia* de Friedrich Ratzel, Capistrano procura desvendar a gestação de uma nova nacionalidade a partir das relações entre Homem e Natureza. Nesse sentido, o tema do povoamento - recorrente na sua reflexão - dá à categoria território, contornos de cientificidade. Em vez ser apenas símbolo de distinção do Brasil, ele se torna objeto de tratamento da ciência e da investigação das causas da diferenciação progressiva entre brasileiros e portugueses. Em boa medida, o determinismo geográfico que assume, leva à percepção de uma diversidade cultural brasileira não constatada na historiografia que lhe antecedeu. Não esqueçamos que os “cinco grupos etnográficos” que Capistrano descobrira no

---

<sup>54</sup> Cf. LIMA, L.C., “Natureza e História nos trópicos” in *O controle do imaginário. Razão e imaginação no Ocidente*, pp. 130-57.

<sup>55</sup> “Saiba-se que desde que nos propusemos a consagrar ao Brasil as nossas vigílias, para, no esclarecimento do reinado de Pedro II, e mediante o seu alto e valioso apoio, escrever, com certa unidade de forma...uma conscienciosa história geral da civilização do nosso país, padrão de cultura nacional, que outras nações civilizadas só ao cabo de séculos de independência chegaram a possuir, ou não possuem ainda, fizemos abnegação de tudo...Assim a integridade do Brasil, já representada majestosamente no Estado e no Universo pela monarquia, vai agora, bem que muito humildemente, ser representada entre as histórias da nações por uma história nacional”, VARNHAGEN, F.A., *História Geral...Op.Cit.*, p. XX-XXI.

decorrer de anos de investigação eram “moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas”, como escreveu no último parágrafo dos *Capítulos de História Colonial*.

Uma semelhança com seus antecessores, entretanto, é manifesta. Em ambos os casos, o território nacional aparece como “dado”, ponto de chegada que articula as narrativas. Para Varnhagen e os letrados do IHGB, ele é uma espécie de “dádiva” da Natureza, algo anterior à própria História. Capistrano, por sua vez, por considerar o território nacional povoado o ponto culminante de “três séculos” de formação, tende a procurar na História um fio condutor que mostrasse os pontos de irradiação do povoamento como signos de uma futura unidade territorial, embora consiga vislumbrar a diversidade que mencionamos. Para articulá-la numa unidade, é preciso referir à formação do “sentimento nacional” que complementa o movimento iniciado na colônia. Ele se torna visível para Capistrano apenas no século XIX, tempo em que a “convergência das partes” no todo maior da história Pátria se tornaria possível.

Nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, como nos *Capítulos de História Colonial*, sobretudo no capítulo IX intitulado “O sertão”, temos ocasião privilegiada de analisar como o historiador constrói a imagem dos “cinco grupos etnográficos”, ou dos “cinco brasis”. Nestas obras, como que se consolida em forma de síntese as pesquisas que desenvolvera a partir da década de 1880, que vimos na primeira parte do trabalho.

O próprio historiador considerava os *Caminhos antigos* como uma obra original, como se lê numa carta escrita anos mais tarde ao historiador português João Lúcio de Azevedo: “Há muitos anos publiquei no *Jornal do Comércio* três artigos sobre o povoamento do Brasil. Foi a primeira tentativa minha, creio mesmo que antes ninguém atirara a coisa igual. Agora o redator de uma revista do Rio mandou copiá-los, compô-los e quer dar todos de uma só vez”.<sup>56</sup> Capistrano não se refere ao trabalho como *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* porque este foi o título que a Sociedade Capistrano de Abreu lhe atribuiu anos após a morte do historiador, colocando-o dentro de uma coletânea homônima, o que às vezes confunde o leitor. Originalmente, os artigos tinham o título de “Revistas Históricas”, foram publicados no *Jornal do Comércio* em agosto e setembro de

---

<sup>56</sup> Carta a João Lúcio de Azevedo [20/10/1923], in RODRIGUES, J.H., *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 2, Op.Cit., p. 282.

1899 e tudo indica que desta primeira versão não fazia parte o ítem 7 publicado pela Sociedade Capistrano de Abreu, que é uma reprodução, com acréscimos e retificações, do capítulo X - “Formação dos limites” - dos *Capítulos de História Colonial*, escrito quase seis anos depois.

Capistrano de Abreu escrevera em sua tese de concurso para o Colégio Pedro II que a decisão de povoar o Brasil foi responsável pela vitória de Portugal diante da França na disputa pela nova terra. Quando os portugueses se decidiram a criar as donatarias, abriu-se “um novo período em nossa história. Desde esta época estava perdida a causa dos franceses”.<sup>57</sup> Este episódio da “história externa”, entretanto, é apenas um dos aspectos que nos leva a considerar a investigação capistraneana como a busca de um traço definidor da identidade nacional a partir do povoamento do interior do território. Trata-se de um movimento contrário, no princípio, à própria estratégia da Coroa portuguesa, que preferira o povoamento da costa e imprimira à sua recente possessão ultramarina um caráter “mais de feitorização do que de colonização”, para lembrar a formulação de Sérgio Buarque de Holanda: “Lisboa, interessada, embora, nessa mesma busca [dos segredos da terra] tende a estorvar o estabelecimento de moradores no sertão, visando a favorecer antes de tudo a ocupação do litoral”.<sup>58</sup> Talvez por isso, Capistrano considere a busca do sertão uma atividade reveladora daqueles que, em potencial, carregavam a semente do desagravo do Brasil, em oposição ao transoceanismo do litoral.

Capistrano de Abreu reconhece, como seus antecessores, a herança territorial da colonização portuguesa.. O eixo espacial da história Pátria é tema privilegiado pelo historiador cearense nos *Caminhos antigos* como nos *Capítulos de História Colonial*. Entretanto, ele não deixa de vir acompanhado de um “eixo temporal”. Neste ponto, Capistrano não se limita a uma imagem fixa do território, mas toma os limites da ilha-Brasil como o palco dentro do qual ocorre uma “geografia em movimento” como que recuperando uma definição de história atribuída por Ratzel a Herder:

---

<sup>57</sup> ABREU, J.C., *O descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p.58.

<sup>58</sup> HOLANDA, S.B., *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos do Descobrimento do Brasil*, p. 394-5.

“...não se pode esquecer que todo acontecimento se faz no espaço, e por isso toda história possui seu teatro. Tudo que constitui o presente será história amanhã; por isso, o material da geografia vai passando ininterruptamente para as mãos do historiador...A frase de Herder de que a história é uma geografia em movimento permanece verdadeira também inversamente, e disso se segue que a história não pode ser compreendida sem o território onde ela se desenvolve, e que a geografia de qualquer parte da terra não pode ser representada sem conhecer a história que imprimiu sobre esta, suas pegadas”<sup>59</sup>

O povoamento do Brasil se opera e se consolida num processo diacrônico e dinâmico de ocupação do território a partir de pontos apartados do “tênuo fio litorâneo”. Quando de sua consolidação, após três séculos de formação, tem como resultado a expressão interior de um povo que passa a se reconhecer como diferente e superior a seu colonizador. Manifesta-se aí a “história íntima”, como resultante dessa evolução anterior. Nos *Capítulos*, após cerca de cinquenta páginas de narração do capítulo “O Sertão”, em que revela as diferentes correntes do povoamento - partindo de São Vicente, Bahia, Pernambuco e Maranhão - podemos ler o seguinte trecho que retrata as transformações da psicologia dos colonos:

“Os triunfos colhidos em guerra contra os estrangeiros, as proezas dos bandeirantes dentro e fora do país, a abundância de gados animando a imensidade dos sertões, as copiosas somas remetidas para o governo da metrópole, as numerosas fortunas, o acréscimo da população, influíram consideravelmente sobre a psicologia dos colonos. Os descobertos auríferos vieram completar a obra. Não queriam, não podiam mais se reputar inferiores aos nascidos no além-mar, os humildes e envergonhados mazombos do século XVII. Por seus serviços, por suas riquezas, contavam-se entre os maiores beneméritos da Coroa portuguesa”<sup>60</sup>

Neste parágrafo, vemos com nitidez o que o historiador concebera como “história íntima”, a progressiva transformação da atitude interior melancólica dos primeiros povoadores da terra em sentimento de orgulho e de superioridade em relação ao reinol. Esse sentimento responde pela tendência à unidade que a dispersão do povoamento em diferentes pontos do território ocasionara, e que formara, entretanto, uma interessante diversidade de modos de vida.

As questões subjacentes às preocupações do historiador cearense dizem respeito, claramente, às relações entre território, povo e identidade nacional. Em

<sup>59</sup> RATZEL, F., “Antropogeografia” in MORAES, A.C.R. (org), *Ratzel*, p. 90.

<sup>60</sup> ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p. 191.

sua tentativa de decifrar os caminhos antigos, está sem dúvida o desejo de seguir as pegadas e os marcos de conquista espalhados pelo imenso interior do país. E também de perceber os diferentes modos de vida estabelecidos em pontos diversos do território.

Embora seja claro o descobrimento da diversidade que Capistrano empreende, há também uma tendência em sua narrativa de identificar traços da contigüidade territorial no processo histórico até então negligenciado pela produção historiográfica brasileira anterior: o do povoamento do sertão por conquistadores e mineiros. É que, como dissemos, o historiador está situado no ponto de chegada da evolução e o enredo que atribui aos acontecimentos é, de certa forma, dado pelo final da História. No caso, o da consolidação de um território nacional unificado.

O jogo entre dispersão e a contigüidade está presente, por exemplo, nos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Neste estudo há subentendida em sua narrativa um sentido da História cujo ponto de chegada é a contigüidade do território, cumprindo um desenvolvimento previamente imaginado pelo historiador.

Os *Caminhos antigos e povoamento do Brasil* foram publicados, como dissemos, em 1899 no *Jornal do Comércio* e formam um conjunto de ensaios capital na obra do historiador cearense. Aí ele retoma e desenvolve temas que o preocupavam desde os anos 1880, quando trabalhava na publicação dos *Materiais e achegas para a História e a geografia do Brasil* na Biblioteca Nacional. Na ocasião, como pudemos observar na correspondência com Lino de Assunção, há o cuidado do historiador em reunir documentação que interessasse no trabalho de reconstituição das antigas estradas do povoamento.

Em 1899, quando um Capistrano mais maduro e familiarizado com suas fontes elabora sínteses do material que recolhera durante anos, o faz com o intuito de responder à pergunta que coloca na apresentação aos *Caminhos*. A partir de 1535, quando Portugal se decide finalmente pela fundação de povoações e fortalezas, iniciou-se “um movimento capital que ainda hoje continua. Como se deu? Pode-se apanhá-lo em algumas linhas principais, qual de um país se reúnem

todas as águas em poucas bacias preponderantes? É o que se pretende averiguar neste ligeiro esboço”.<sup>61</sup>

O historiador passa então a reconstituir, a partir de quatro centros de irradiação – São Vicente, São Paulo, Bahia e Pernambuco – as correntes do povoamento do interior do país, movimento que se dera apesar da pouca propensão a favorecê-lo por parte da Coroa.

Os mesmos centros de irradiação do povoamento reaparecem no capítulo “O sertão” dos *Capítulos de História Colonial*, escrito seis anos mais tarde, confirmando suas reflexões e enriquecendo a descrição dos diferentes modos de vida específicos surgidos em cada porção do território. Mais do que um mapa das estradas que ligavam o território, “O sertão” contém descrições sociológicas das formas de vida dos diferentes núcleos populacionais.

No início dos *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, Capistrano procede a “eliminações”. Estão fora do seu campo de estudo as capitânicas de João de Barros, Fernão Álvares, Ayres da Cunha e Antônio de Barros, pois estes “passaram sem deixar sinais”. Evidente que a seleção operada pelo historiador se relaciona com os objetivos de sua pesquisa: demonstrar a lenta vitória dos esforços dos *conquistadores* sobre a Natureza, mas também a influência desta na formação de modos de vida característicos de cada região.

Em Capistrano, a História é um processo decorrente da intervenção consciente dos homens. Neste caso, relacionado à sua capacidade de implantar a civilização num território que devia ser conquistado à natureza e aos índios. Naquelas capitânicas situadas além do Cabo de São Roque, a natureza se tornou um obstáculo que exigiu mais tempo para ser superado: “A ponta arenosa e sáfia, descoberta em agosto de 1501, resistiu à onda colonizadora tão rijamente como o Bojador e o Tormentório aos que procuravam o caminho das Índias. A ocupação permanente da costa de Nordeste, ou Leste-Oeste segundo mais geralmente se dizia, só vingou no século XVII”.<sup>62</sup> Nesta passagem, verifica-se que além da preocupação com o território, há também a idéia de que ele pouco representa se não for também localizado pela variável temporal. Importa perguntar não apenas onde, mas quando. A confluência das duas variáveis significa que o espaço

---

<sup>61</sup> ABREU, J.C., “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, Op.Cit., p. 37.

<sup>62</sup> Ibid., p. 38.

interessará mais onde tiver sofrido intervenção de uma ação civilizadora, ou, onde quer que a História, ou o tempo como força motriz, tenha deixado sua marca.

É assim que elimina também de seu estudo o “território entre o sul da baía de Todos os Santos e a capitania de Santo Amaro. Por todo ele se estendia mata grossa e enredada, que vedava a passagem”.<sup>63</sup> Os nomes dos que conseguiram por ventura transpor alguns obstáculos pela navegação de rios encachoeirados pertencem, entretanto, não à história, mas à erudição, conclui o historiador. Isto porque os territórios daquela região “pouco diferiam em 1801 do que foram em 1601”,<sup>64</sup> denotando o fracasso do povoamento na região.

Compreender os motivos pelos quais Capistrano exclui de seu estudo as duas regiões mencionadas é perceber que deve haver, para ele, a conjunção do espaço com o tempo. A importância dos primeiros núcleos do povoamento está precisamente no fato de que além de espaço, são tempo. Pernambuco e São Vicente aparecem como os pioneiros do processo.

Nos *Caminhos antigos*, Capistrano procura demonstrar a contigüidade territorial do Brasil. Mas uma contigüidade construída e consolidada pela ação humana a partir de “pontos apartados” do território. Entre seus agentes principais estavam os *conquistadores*. É importante destacar que neste estudo, Capistrano faz uma distinção clara entre bandeirantes e conquistadores. Os primeiros são de fato despovoadores, pois não se fixam no solo e ainda trazem o índio do sertão. Os *conquistadores* fíncam raízes no território e contribuem de fato para o povoamento. Essa mesma distinção seria retomada nos *Capítulos de História Colonial* onde ele não nega ao bandeirante, entretanto, a possibilidade de se transformar em *conquistador e mineiro*.

Pude verificar pessoalmente no arquivo da Sociedade Capistrano de Abreu, em Fortaleza, anotações de Capistrano de Abreu ao texto (possivelmente o original, tal como publicado no Jornal do Comércio em 1899) dos *Caminhos antigos* em que riscava a palavra “bandeirante” para colocar “conquistadores e mineiros” (p. 197). O emprego de bandeirantes seria inadequado porque se referia a povoadores já “esquecidos de sua pátria (Piratininga)”. A revisão, entretanto, não foi publicada. É o que se conclui pela comparação das duas edições dos *Caminhos*: a publicada pela Sociedade Capistrano de Abreu e pela editora Itatiaia

---

<sup>63</sup> Ibid.

<sup>64</sup> Ibid.

(texto de 1899, que reproduz os artigos originalmente denominados “Revistas Históricas”), bem como aquela publicada na Revista América Brasileira (1923-4). É sempre o mesmo texto, sem a modificação que suas anotações pessoais sugerem. De qualquer forma, este documento de seu arquivo pessoal talvez indique que para o próprio Capistrano a distinção não era apenas necessária, mas fundamental. Insistimos neste ponto, porque o historiador cearense está próximo do período em que é gestado o mito do bandeirante como pioneiro, símbolo de uma identidade regional, no caso paulista, com o qual ele provavelmente não comungaria.

A distinção referida acima está numa passagem dos *Caminhos* que trata da capitania de São Vicente,

“Ao assunto que estudamos não pertencem as bandeiras, por motivos óbvios. Concorreram antes para despovoar que para povoar nossa terra, trazendo índios dos lugares que habitavam, causando sua morte em grande número, ora nos assaltos às aldeias e aldeamentos, ora com os maus tratos infligidos em viagem, ora, terminadas estas, pelas epidemias fatais e constantes, aqui e alhures apenas os silvícolas entram em contato com os civilizados. Acresce que os bandeirantes iam e tornavam, não se fixavam nunca nos territórios percorridos...A atenção que não cabe aos bandeirantes reclamam-na de passagem os conquistadores, homens audazes, contratados pelos poderes públicos para pacificar certas regiões em que os naturais apresentavam mais rija resistência...geralmente não tornavam à pátria e deixaram sinais de sua passagem e herdeiros de seu sangue em Minas Gerais, na Bahia, em Alagoas e alhures; mas o maior serviço que prestaram consistiu em ligar o Tietê e o Paraíba do Sul ao São Francisco, através da Mantiqueira...”<sup>65</sup>

A longa citação merece o destaque não apenas por distinguir claramente conquistadores e bandeirantes, mas também por assinalar as ligações entre núcleos de povoamento do interior que são importantes peças para a demonstração que o autor elabora da contigüidade territorial do Brasil. Assinalam também como agente central da expansão do povoamento para dentro dos limites da “ilha-Brasil” o *conquistador* e sua descendência, sugerindo que a ocupação dos sertões se deveu a alguns grupos familiares cuja lembrança se conserva e tantos outros esquecidos.

Nos *Capítulos*, quando Capistrano retoma o tema do povoamento a partir da capitania de São Vicente, admite a possibilidade de os bandeirantes se transformarem em *conquistadores e mineiros*, numa espécie de redenção, pois o

---

<sup>65</sup> Ibid., p. 44-5.

historiador bem conhecia os métodos empregados nas bandeiras contra as missões jesuíticas.<sup>66</sup> Depois de narrar as expedições bandeirantes vindas de São Paulo para fazer a “guerra justa” contra tribos “aparentadas aos Aimorés”, em regiões na Bahia e ao norte do rio São Francisco,<sup>67</sup> e que tornaram “livre todo o território entre as matas do cabo de Santo Agostinho e Porto Calvo”, acrescenta:

“Muitos dos paulistas empregados nas guerras do Norte não tornariam mais a São Paulo, e preferiram a vida de grandes proprietários nas terras adquiridas por suas armas: de bandeirantes, isto é despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos. Ainda antes do descobrimento das minas sabemos que nas ribeiras do rio das Velhas e do São Francisco havia mais de cem famílias paulistas entregues à criação de gado”<sup>68</sup>

Na correspondência de Capistrano encontramos elementos, além das próprias pistas que a comparação dos textos fornece, para supor que o capítulo “O sertão” encontra-se estruturado nos *Caminhos*, como se estes fossem uma primeira redação daquele.<sup>69</sup> Os “pontos de irradiação” do povoamento permanecem os mesmos, mas encontram na sua segunda redação (“O Sertão”) um desenvolvimento mais acentuado.

Em ambas está posta a questão do isolamento de Piratininga, que a impele para o sertão. Ela aparece nos *Caminhos* devido a condições geográficas e econômicas, como se lê no seguinte parágrafo:

---

<sup>66</sup> Num trecho da narrativa do encontro do movimento paulista para o sertão ocidental que chocou-se com o movimento paraguaio à procura do mar, o historiador retrata a entrada dos bandeirantes no povoado de Jesus Maria, no rio Pardo, como exemplar dos processos empregados nas expedições: “...entraram pelo povoado, e sem aguardar razões, acometendo a igreja, disparando seus mosquetes. Pelejaram seis horas, desde as oito da manhã até as duas da tarde. Visto pelo inimigo o valor dos cercados e que os mortos seus eram muitos, determinou queimar a igreja, aonde se acolhera a gente. Por três vezes tocaram-lhe fogo que foi apagado, mas à quarta começou a palha a arder e os refugiados viram-se obrigados a sair. Abriam um postigo e saindo por ele a modo de rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto, com espadas, machetes e alfanjes lhes derribavam cabeças, truncavam braços, desjarretavam pernas, atravessavam corpos. Provavam os aços de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros. Compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?”, ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, Op.Cit., p. 146.

<sup>67</sup> entre estas esteve também a bandeira de Domingos Jorge Velho, que destruiu Palmares, “mocambo de negros localizado nos sertões de Pernambuco e Alagoas, que já existia antes da invasão flamenga e zombara de numerosas e repetidas tropas contra eles mandadas”, *Ibid.*, p. 148.

<sup>68</sup> *Ibid.*, p. 148-9.

<sup>69</sup> Veremos com mais vagar, na parte três deste trabalho, como os *Capítulos de História Colonial* foram redigidos e como podem ser vistos como um processo de recriação e montagem de textos escritos anteriormente pelo historiador.

“Assim as asperezas do caminho dificultavam o trato entre o interior e o litoral. E não o favoreciam as condições econômicas, pois Piratininga só precisaria de sal, pólvora, armas e alguns tecidos e quase só podia dar em troca algum ouro de lavagem, que desde logo foi sendo extraído, e os índios apanhados nas bandeiras...Acrescente-se que os habitantes do campo cegavam às vezes os caminhos, para tolher as autoridades de serra abaixo, representadas pelo poder real e senhorial. De tudo isso resulta a necessidade de considerar o povoado serrano independente de Santos, S.Vicente e da marinha em geral”<sup>70</sup>

O mesmo tema está retratado logo no início do capítulo “O Sertão”, em que Capistrano faz referência ao obstáculo que representava a “vereda quase intransitável” que levava à beira-mar, “vereda fácil de obstruir, obstruída mais de uma vez, tornando a população sertaneja independente das autoridade da marinha”.<sup>71</sup> Às dificuldades de comunicação entre o interior e o litoral, somava-se a proximidade do rio Tietê. “Bastava seguir-lhe o curso para alcançar a bacia do Prata”, resume nos *Capítulos* uma passagem mais longa presente nos *Caminhos*.<sup>72</sup>

Ausente dos *Caminhos* por motivos já explicitados, há nos *Capítulos* uma breve descrição das bandeiras em que o historiador usa a expressão “monotonia trágica” para aludir à História dessas expedições: “Faltam documentos para escrever a história das bandeiras, aliás sempre a mesma: homens munidos de armas de fogo atacam selvagens que se defendem com arco e flecha; à primeira investida morrem muitos dos assaltados e logo desmaia-lhes a coragem; os restantes, amarrados, são conduzidos ao povoado e distribuídos”.<sup>73</sup>

Nos *Capítulos*, como dissemos, Capistrano dedica mais espaço para descrever o modo de vida criado em São Paulo: “Sob aquela latitude, naquela altitude, fora possível uma lavoura semi-européia, de alguns, senão todos os cereais e frutos da península”.<sup>74</sup> Capistrano desconfia da imagem de opulência que passa da vida em São Paulo a *Nobiliarquia Paulistana*, de Pedro Taques. “Conhecemos mal, para ajuizar dela, a vida levada em São Paulo pelos bandeirantes recolhidos aos lares, pela gente rica e poderosa. O seguinte trecho de Pedro Taques só em parte supre a lacuna, pois refere-se à época posterior às

<sup>70</sup> ABREU, J.C., “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, Op.Cit., p. 44.

<sup>71</sup> Id., *Capítulos de História Colonial*, Op.Cit., p. 141.

<sup>72</sup> “A situação geográfica de Piratininga impelia-a para o sertão, para os dois rios cuja bacia se avizinha, o Tietê e o Paraíba do Sul, teatros prováveis das primeiras bandeiras, que tornaram logo famoso e temido o nome paulista”, Id., “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, Op.Cit., p. 44.

<sup>73</sup> Id., *Capítulos de História Colonial*, Op.Cit., p. 143.

<sup>74</sup> Ibid., p. 142.

minas, o que altera em muito a situação”.<sup>75</sup> O historiador contrasta os trechos de Pedro Taques<sup>76</sup> com o seguinte comentário: “A vida do povo comum dizia mal com estes esplendores: a canjica, alimento da maioria da população, dispensava sal, porque este ingrediente não chegava para todos”.<sup>77</sup>

Ao que parece, Capistrano foi um dos primeiros historiadores a retratar a vida paulistana através da simplicidade e rusticidade, características que seriam mais tarde desenvolvidas por Alcântara Machado em seu livro tornado clássico, *Vida e morte do Bandeirante*. Capistrano chegou a acompanhar a descoberta dos famosos “testamentos e inventários”<sup>78</sup> aproveitados pelo autor, mas não viveu até 1929, ano em que foi publicado o livro.

Nos *Caminhos*, Capistrano recorreu à Fernão Cardim, que caracteriza o vestuário dos moradores de Piratininga: “vestem-se de burel [pano grosseiro de lã, geralmente usado para o luto] e pelotes [espécie de casaco sem manga] pardos e azuis, de pertinas compridas...Vão aos domingos à igreja com roupões ou berneu de caxeira sem capa”, acrescentando com Frei Vicente: “Até então os homens e mulheres se vestiam de algodão tinto, e se havia alguma capa de baeta e manto de serge, se emprestavam aos noivos para irem à porta da igreja”.<sup>79</sup>

É tempo de passar a outro centro de irradiação do povoamento: Pernambuco. Partiu desta capitania um importante movimento para o sul, para o qual contribuíram Jerônimo de Albuquerque, Duarte Coelho e também “particulares, como João Paes, que fundou oito engenhos junto ao Cabo de Santo Agostinho, como o fidalgo alemão Cristóvão Lins, cuja viúva, D.Adriana de

<sup>75</sup> Ibid., p. 149.

<sup>76</sup> “Era a casa do Dr. Guilherme Pompeu naqueles dias uma populosa vila ou corte pela assistência e concurso dos hóspedes. Para a grandeza do tratamento da casa deste herói paulista, basta saber-se que fazia paramentar cem camas, cada uma com cortinado próprio, lençóis finos de bretanha, guarnecidos de rendas, e com uma bacia de prata debaixo de cada uma das ditas cem camas, sem pedir-se nada emprestado...A abundância de trigo nesta casa foi tanta que todos os dias se fazia pão, de sorte que para o seguinte já não servia o que tinha sobrado do antecedente; o vinho era primoroso de uma grande vinha que com acerto se cultivava e suposto o consumo era sem miséria, sempre o vinho sobrava ano a ano”, Apud ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial...* Op.Cit., p. 149-50.

<sup>77</sup> ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, Op.Cit., p. 150.

<sup>78</sup> É o que se lê em carta a Paulo Prado [véspera de São Rui, 1922]: “São Paulo pertence ao chamado *oikos*, período de economia fechada, economia doméstica, em que o produtor se identifica-se com o consumidor e nem se compra nem se vende. Os testamentos e inventários oferecem material copioso para a reconstituição. Disseram-me que Alcântara Machado escreveu bastante sobre ele e ia dar em volume”, in RODRIGUES, J.H., *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 2, p. 425.

<sup>79</sup> Apud ABREU, J.C., “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, Op.Cit., p. 43-4.

Olanda, vivia ainda na era de 1640, com 110 anos de idade, cercada de cinco gerações de descendentes”.<sup>80</sup> Mas os “serviços superiores” de Pernambuco estão, para o historiador, em sua expansão para o norte, por ter sido a rota em direção ao sul sustentada pela invasão holandesa. Capistrano mostra como, lentamente, ao longo do tempo, o povoamento se deu no norte a ponto de ligar Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas.

De Pernambuco “partiu a assistência perene para Itamaracá, tantas vezes premida pelos potiguares irreconciliáveis; as numerosas expedições que trouxeram a conquista árdua da Paraíba e do Rio Grande do Norte...o avanço arrastado para o Ceará, a conquista do Maranhão, a fundação de Belém, a investida do Amazonas”.<sup>81</sup>

Na História dos caminhos antigos que Capistrano busca reconstituir, o avanço da conquista significou muitas vezes o confronto direto com tribos indígenas, estabelecendo conflito secular do qual o próprio historiador é testemunha em seu tempo, como atestam as “correrias de índios” feitas pelos seringueiros no Amazonas e no Tarauaca relatadas por seu amigo Luiz Sombra, que esteve na região em 1905. A pedido de Capistrano, ele publicou um artigo versando sobre os costumes dos Caxinauás. Os conflitos na região amazônica atualizavam as lutas seculares do passado colonial.

Seja como for, na narrativa dos *Caminhos* e no capítulo “O sertão” há uma continuidade: as tribos indígenas aparecem retratadas no momento em que a corrente do povoamento invade, por assim dizer, suas terras. Leiamos dois trechos, um de cada texto. Em Pernambuco, no avanço para o sertão, os povoadores defrontaram os cariris, que tinham recuado do litoral para a região entre o São Francisco e Ibiapaba. “A sua resistência”, escreve Capistrano, “foi terrível, talvez a mais persistente que os povoadores encontraram em todo o país...foram uns mortos, outros reduzidos a aldeamentos, outros agregados a fazendas, fundindo-se e confundindo-se com os colonizadores alienígenas”.<sup>82</sup> Quando, nos *Capítulos*, trata do avanço dos currais da margem pernambucana do São Francisco, comenta: “Por esta margem do São Francisco existiam numerosas tribos indígenas, a maioria pertencente ao tronco cariri, algumas caribas como os

---

<sup>80</sup> ABREU, J.C., “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, Op.Cit., p.39.

<sup>81</sup> Ibid., p.39/40

<sup>82</sup> Ibid., p. 41.

Pimenteiras, e até tupis como os Amoipiras. Com elas houve guerras, ou por não quererem ceder pacificamente as suas terras, ou por pretenderem desfrutar os gados contra a vontade dos donos”.<sup>83</sup> Voltaremos à temática indígena adiante, ainda nesta parte do trabalho.

Importa notar, por ora, que a pacificação dos cariri, por exemplo, abriria espaço para inúmeras fazendas de gado. Ao lado dos engenhos, as fazendas de gado são outro meio – este mais eficaz – de vencer distâncias e espalhar a semente do povoamento: “Antonil calculava em mais de oitocentas léguas a extensão ocupada por currais pernambucanos, a contar de Carinhanha. A maior parte escoava para fora da capitania”.<sup>84</sup> Nesta dispersão dos currais, chegou-se a estabelecer um caminho do Maranhão a Pernambuco: “Ligando Sobral às terras de Parnaíba, tornou-se viagem relativamente fácil vir do Maranhão e Piauí a Pernambuco”.<sup>85</sup> O historiador mostra assim, como ia se estabelecendo, no caminho percorrido pelo gado, uma contigüidade entre diferentes partes do território. Algo que se repete com relação à ligação entre o foco Pernambucano e o Baiano, como se verá.

Capistrano de Abreu reconhece, ao demonstrar as linhas da ocupação territorial do Brasil, a herança do colonizador português. Ela está não apenas no território herdado pelo Império do Brasil, mas também nos núcleos populacionais fincados em seu interior. É preciso ter em conta que para o historiador, sempre está subentendido um sentido para a História do Brasil. Ele o identifica, por exemplo, no “tipo” do conquistador, nos mestiços e pretos forros que conduzem as boiadas pelo sertão, nos jesuítas. Estes são os personagens de sua história não apenas porque trabalharam para que se povoasse o interior do território, mas sobretudo porque ao fazerem isto, escolheram desagrar o Brasil em vez de arranhar a costa como caranguejos no dizer de Frei Vicente, não por acaso, um de seus autores favoritos.

Nos *Capítulos*, Capistrano volta a retratar a expansão dos currais pernambucanos, e chama desde logo atenção, desta vez, a mistura entre as correntes vindas da Bahia e de Pernambuco, que têm um ponto de encontro no rio São Francisco, a tendência de povoadores pernambucanos e baianos. Esta

---

<sup>83</sup> ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, Op.Cit., p. 168.

<sup>84</sup> Id., “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, Op.Cit., p. 41.

<sup>85</sup> Ibid., p. 42.

formulação, o historiador encontrara na leitura que fez do “maravilhoso Antonil-Andreoni”: “Estende-se o sertão da Bahia até a barra do rio São Francisco...Os currais da parte da Bahia estão postos na borda do rio de São Francisco, na do rio das Velhas, na do Rio das Rãs...na do rio Vasabarris, na do rio Sergipe, entre outros rios, em os quais, por informação tomada de vários, que correm este sertão, estão atualmente mais de quinhentos currais”.<sup>86</sup> Já em Pernambuco, o sertão “se estende pela costa, desde a cidade de Olinda até o rio de São Francisco, oitenta léguas; e contanto da barra do rio de São Francisco até a barra do rio Iguaçú, contam-se duzentas léguas...Os currais desta parte hão de passar de oitocentos; e de todos estes vão boiadas para o Recife e Olinda...”.<sup>87</sup>

Pernambuco e Bahia são retratadas como “capitanias pastoris”, e da expansão dos pastos ao longo dos rios da região, formava-se o tipo sertanejo, que aparece com mais detalhes nos *Capítulos* do que nos *Caminhos*, bem como a contigüidade territorial que Capistrano se propôs a demonstrar. Como resultado do povoamento, o sertão deixa de ser um vazio ou um obstáculo para se tornar signo de uma expressão social particular do Brasil e que contribuía à sua maneira para compor uma cultura própria, plenamente retratada no capítulo “O sertão”. Aqui, tendem mesmo a se confundir os fluxos baianos e pernambucanos, que dão lugar às figuras do vaqueiro e do sertanejo.

“A gente dos sertões da Bahia, Pernambuco, Ceará, informa o autor do admirável *Roteiro do Maranhão a Goiás*, tem pelo exercício nas fazendas de gado tal inclinação que procura com empenhos ser nela ocupada, consistindo toda a sua maior felicidade em merecer algum dia o nome de vaqueiro. Vaqueiro, criador ou homem de fazenda, são título honorífico entre eles”<sup>88</sup>

Neste precioso parágrafo, vemos três Capistranos se expressando. O leitor de documentos, pesquisador à caça de testemunhos contemporâneos aos acontecimentos, - como “o autor do admirável roteiro” e Antonil; o descobridor dos “cinco grupos etnográficos” que narra a diversidade dos modos de vida existentes no Brasil a partir do encontro dos homens com o território e com os índios; e o narrador da “história íntima” que quer ver na diversidade uma unidade expressa na atitude interior dos povoadores. O “título honorífico” do vaqueiro

<sup>86</sup> Apud ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, Op.Cit., p. 173.

<sup>87</sup> Ibid., p. 173.

<sup>88</sup> Apud ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, Op.Cit, p. 170-1

sinaliza um dos momentos de condensação da “história íntima”, que é resultado da consolidação do povoamento e que podemos identificar nos momentos sociológicos da narrativa de Capistrano.

É assim que se retrata a lenta transformação que a ocupação do interior por meio do gado, provocou na psicologia dos colonos, até então arredios ao sertão. Por volta de 1690, escreve o historiador que “as viagens do sertão” tinham perdido os horrores. Nem sempre fora assim, e aqui volta-se ao eixo temporal que acompanha a demonstração da contigüidade territorial.

“Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra para a plantação da mandioca...O milho, a não ser verde, afugentava pelo penoso do preparo naqueles distritos estranhos ao uso do monjolo. As frutas mais silvestres, as qualidades de mel menos saborosas eram devoradas com avidez”<sup>89</sup>

Na seqüência deste parágrafo, Capistrano faz menção famosa à “época do couro”, pela qual teriam passado esses sertanejos. Em seguida, narra as circunstâncias – o desvio de reses e a descoberta de jazidas de sal de que certos povoadores se aproveitaram - que levaram à formação de uma densa população no trajeto do gado: “Graças a estas circunstâncias, formou-se...uma população relativamente densa, tão densa como só houve igual depois de descobertas as minas”.<sup>90</sup> Sobre estas “circunstâncias” em particular, há muita semelhança com a redação dos *Caminhos*:

“Em tais encaminhamentos transviavam-se reses ou cansavam, ou ficavam quase moribundas, à falta d’água. A experiência ensinou certos povoadores a estabelecerem-se pelos caminhos, a fazerem açudes, a plantarem mantimentos, que não precisavam ser exportados, porque se vendiam na porta aos transeuntes, a comprarem as reses transviadas ou desfalecidas que, tratadas com cuidados, ou serviam à alimentação ou revendiam com lucro. Assim, os caminhos se foram povoando lentamente, e as malhas de povoamento apertaram-se mais na Bahia que em outra parte, exceto em algumas da capitania de Pernambuco, igualmente pastoris”<sup>91</sup>

Cotejar os *Caminhos* com o capítulo “O sertão”, é também verificar como neste, escrito alguns anos mais tarde, Capistrano aproveita trabalhos redigidos

<sup>89</sup> ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, Op.Cit., p. 170.

<sup>90</sup> *Ibid.*, p. 171.

anteriormente. Veremos na parte III com mais vagar como o historiador de fato imaginou aproveitar parte de suas “Revistas Históricas” relativas ao povoamento para redigir a História do Brasil. Talvez por isso, nos *Capítulos* ele possa se dedicar a retratar com mais força a expressão cultural, os modos de vida e os códigos sociais, do “vaqueiro” ao fazendeiro mais abastado:

“alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente e as condições de vida melhoraram; casas sólidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de mourões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentam-se gradualmente como sinais de abastança”<sup>92</sup>

Tal como os “títulos honoríficos”, começava aquela sociedade a criar seus próprios valores, diversos dos do litoral. A expansão pastoril é capital no processo que levou à formação de ligações entre as diferentes capitanias. Como é intenção de Capistrano demonstrar a contigüidade do território, ela se revela superior à agricultura de exportação predominante no litoral, por ser mais eficaz para vencer distâncias num território extenso e pouco povoado. Nos locais propícios à criação:

“levantada uma casa coberta pela maior parte de palha, feitos uns currais e introduzidos os gados, estão povoados três léguas de terra; os mulatos, os mestiços, os pretos forros, tão avessos a todo trabalho, entregam-se com gosto a este, na esperança de um dia virem a ser fazendeiros, e tal esperança pode facilmente realizar-se, porque os vaqueiros são pagos em gênero, de quatro bezerros um, de modo que em poucos anos têm semente com que começar vantajosamente a luta pela existência”<sup>93</sup>

Recorrendo a Antonil, Capistrano traça o mapa da ocupação dos sertões baianos por duas famílias, a da Casa da Torre e a de Guedes de Brito, aludindo à grande extensão de terras tomadas à natureza. Em contraste com a agricultura de exportação, os currais de gado favoreciam a fixação dos povoadores à terra. “Mas o que claramente patenteia o influxo da criação de gado e sua vantagem sobre a agricultura de exportação em um país tão vasto quanto ralmente povoado, é a

<sup>91</sup> ABREU, J.C., “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, Op.Cit., p. 65.

<sup>92</sup> Id., *Capítulos de História Colonial*, p. 172.

<sup>93</sup> Id., “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, Op.Cit., p. 64.

capacidade de vencer distâncias”,<sup>94</sup> escreve Capistrano nos *Caminhos*. Não seria exagerado aproximar estas considerações daquelas sobre a política externa da primeira república, que mantinha a estrutura agro-exportadora, sem atentar para o mercado interno, algo que Capistrano ressalta nas entrelinhas de seu texto.

Além da possibilidade de vencer grandes distâncias, a criação de gado criou uma dinâmica econômica própria e simples. Ao longo dos caminhos das boiadas, alguns povoadores foram se estabelecendo, construindo açudes e plantando mantimentos “que não precisavam ser exportados, porque se vendiam nas portas aos transeuntes”. Era uma economia praticamente autárquica. A contigüidade territorial se expressava não apenas nos caminhos da ocupação, mas na unificação econômica entre as diferentes partes do território.

Este processo era, por vezes, potencializado pela própria natureza, como ocorria na região do rio São Francisco:

“Desde que recebe o rio Grande pela margem esquerda até fenecer no mar, o São Francisco não conta afluente perene...o mesmo sucede aos rios que correm entre o São Francisco e o Parnaíba. E esta circunstância, tão prejudicial a outros respeito, teve um lado bom: - o de facilitar a passagem de uma para outra bacia, favorecendo assim a unificação econômica”.<sup>95</sup>

A tendência à ligação entre as partes do território, resultado de um esforço humano secular, aparece, num raro momento, prefigurado pela própria natureza, como se nela estivesse inscrita. O mais recorrente, entretanto, era a “luta territorial” e a natureza como obstáculo.

Contigüidade territorial e econômica, dizíamos. Mas também unidade do modo de vida do sertanejo. As dificuldades dos primeiros povoadores, vimos, foram superadas ao longo de gerações. O movimento para o interior se dava à margem do interesse da Coroa, algo que Capistrano afirma nos *Capítulos*.

Anos mais tarde, o historiador paulista Sérgio Buarque de Holanda ecoou aspectos das reflexões de Capistrano sobre a “história íntima” quando escreveu sobre a ocupação do interior que, para entendê-la, há que se distingui-la do esforço português:

---

<sup>94</sup> Ibid., p. 64-5.

<sup>95</sup> Ibid., p. 73.

“A obra dos bandeirantes paulistas não pode ser bem compreendida em toda a sua extensão, se não a destacarmos um pouco do esforço português, como um empreendimento que encontra em si mesmo a sua explicação, embora ainda não ouse desfazer-se de seus vínculos com a metrópole européia, e que, desafiando todas as leis e todos os perigos, vai dar ao Brasil sua atual silhueta geográfica. No planalto de Piratininga, nasce em verdade um momento novo de nossa história nacional. Ali, pela primeira vez, a inércia difusa da população colonial, adquire forma própria e encontra voz articulada”<sup>96</sup>

Vivo estivesse, Capistrano provavelmente só faria um reparo neste parágrafo de *Raízes do Brasil*: em vez de “bandeirantes paulistas”, talvez preferisse “conquistadores e mineiros”, por razões que já vimos. De qualquer forma, a demonstração, empreendida por Capistrano de Abreu, da contigüidade territorial do país e da diversidade de modos de vida de “cinco brasis”, expressa pela luta travada pelos “envergonhados mazombos do século XVII” para se transformarem numa nova nacionalidade, tinha estreita relação com determinados movimentos da história do Brasil, valorizados por carregarem sementes do sentimento nacional.

A gente dos sertões viveu muito tempo “entregue a si mesma, sem figura de ordem nem de organização”,<sup>97</sup> escreve Capistrano, acrescentando que

“como eram católicos e a Igreja obriga à freqüência dos sacramentos, naturalmente qualquer vigário ou algum mais animoso, mais zeloso ou mais cúvido saía de tempos em tempos a desobrigar as ovelhas remotas. Depois do arcebispado da Bahia, criaram-se freguesias no sertão, enormes, de oitenta, cem léguas e mais. Ali era cobrado o imposto meio civil, meio eclesiástico do dízimo”<sup>98</sup>

A presença da Coroa se fazia representar pela atividade de colonizadores eclesiásticos e figurava a possibilidade de impor alguma direção a uma sociedade que se formava a partir de um movimento não necessariamente projetado pela Coroa. Apenas depois de estabelecidas as inúmeras fazendas começam as iniciativas régias para “introduzir alguma ordem naquela massa amorfa”, das quais a primeira seria uma carta régia de 20 de janeiro de 1699. Ela “mandou criar nas freguesias do sertão juizes à semelhança dos de vintena, que saíam dos mais poderosos da terra, e em cada freguesia um capitão-mor e cabos de milícia

<sup>96</sup> HOLANDA, S.B., *Raízes do Brasil*, 26ª edição, 1995 [1936], p. 102.

<sup>97</sup> ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p. 174.

<sup>98</sup> *Ibid.*, p. 174.

obrigados a socorrer e ajudar os juizes”.<sup>99</sup> Nos *Caminhos*, Capistrano recupera a imagem da colônia transformada em “vaca de leite” após uma intervenção mais sistemática por parte da Coroa:

“No território assim descoberto [entre os rios São Francisco e Parnaíba] o gado multiplicou-se de modo maravilhoso. Domingos Afonso fundou e possuiu dezenas de fazendas; trinta legou aos jesuítas; e com outros acréscimos tanto proliferaram as célebres fazendas nacionais, confiscadas pela vesânia pombalina, que mais de século e meio de incúria e malversação não as conseguiram extinguir de todo”<sup>100</sup>

A intervenção da Coroa se fazia mais forte depois que os primeiros obstáculos tinham sido vencidos. Talvez por isso, uma certa cultura particularista tenha predominado no interior. O movimento que consolidara o povoamento nos sertões, criara também um tipo de sociabilidade em que a atrofia das questões públicas se manifestava. Melhor seria dizer que elas não haviam. Prevalencia, apesar dos Capitães-mores,

“o respeito natural pela propriedade...a vida humana não inspirava o mesmo acatamento. Questões de terra, melindres de família, uma descortesia mesmo involuntária...desfechavam em sangue....por trás de um pau, por uma porta ou janela aberta...na passagem de algum lugar ermo ou sombrio, lascava o tiro assassino, às vezes marcando o começo de uma longa série de assassinatos e vendetas...custava pouco ajuntar valentões e facinorosos, desafiando as autoridades e as leis”<sup>101</sup>

Nesta passagem dos *Capítulos*, Capistrano prossegue sua descrição sociológica da formação da vida sertaneja. Aqui, aparece retratada outra de suas características. Onde o valor da propriedade é maior do que o da vida humana, abre-se o espaço para a violência. A mais ligeira ameaça à propriedade leva ao conflito entre famílias. Ditando o código social, elas aparecem se opondo à leis e autoridades “públicas”, motivadas pelo “sentimento de orgulho inspirado pela riqueza” e “pelo afastamento das autoridades eficazes”. Daí a noção de dispersão que acompanha a descrição da sociedade colonial, que o historiador definira nos *Caminhos* como aquela em que o centro do poder era extrínseco. Capistrano afirmaria que “três

<sup>99</sup> Ibid., p. 174.

<sup>100</sup> ABREU, J.C., “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, p. 54.

<sup>101</sup> Id., *Capítulos de História Colonial*, p. 175.

séculos depois” do início da colonização, não havia surgido “coordenadores de energia” e “formadores de tradição” entre o estado e a família.

Um padrão semelhante regula a expansão do povoamento na direção de Cuiabá e Goiás, núcleos de mineração. Primeiro, chegam os bandeirantes motivados pela busca do ouro. Até contra sua índole, transformam-se em *mineiros*. Nas minas de Cuiabá, “os bandeirantes viraram mineiros sem pensar e sem querer”, pois descobriram ao acaso o metal precioso. Na trágica epopéia do ouro, muito lentamente a situação dos povoadores melhorou. Recorrendo a Barbosa de Sá, “testemunha e cronista” daqueles acontecimentos, Capistrano reconstitui algumas transformações. Dos primeiros povoadores dizia-se serem “opilados e hidrópicos”, em geral com “pernas e barrigas inchadas, com cores de defuntos”, pois se vivia sem lavoura, sem pescadores e muitos chegavam a comer terra. Aos poucos, fazendo roças, criando gado e plantando cana, a situação melhorava. “Com isto foi que se começou a lograr saúde, a cessarem as enfermidades e terem os homens boas cores que até então tinham-nas de defuntos, foram menos as hidropisias e inflamações de barrigas e pernas e a mortandade de escravos que até aí se experimentava enterrando-se cada dia aos montes”.<sup>102</sup> Depois de assentada em Cuiabá, a corrente do povoamento se estendeu por terra até o Paraguai, e pela navegação do Madeira e do Guaporé, atingiu o Amazonas. Assim, em 1742, Manuel Félix de Lima “atirou-se ao Guaporé e foi sair em Belém”.<sup>103</sup>

Tal como as fazendas pernambucanas e baianas, a região mineradora sofreria maior vigilância da Coroa tão logo começasse a render mais lucros, transformando-se em “bezerro de ouro”. Nos *Capítulos*, escreve o historiador:

“As Ordenações do Reino enumeravam as minas entre os direitos reais. Como a experiência de quase um século patenteasse a dificuldade de desfrutá-las, triunfou a idéia...incorporada no regimento de 1603, de permitir a lavrança, com a ressalva do quinto para a Coroa. Enquanto o ouro andou por oitavas e libras, a percentagem foi por assim dizer deixada aos escrúpulos de cada mineiro, mera

<sup>102</sup> Apud ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p. 183. O texto, de acordo com nota de José Honório Rodrigues, é de José Barbosa de Sá: “Relação das povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presente tempos”. Foi publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 23, 1904, pp. 5-58.

<sup>103</sup> ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p. 184.

afirmação de um princípio teórico; com os descobertos gerais de Cataguases transformou-se em propulsor de todo o mecanismo colonial”<sup>104</sup>

A criação de vilas e a instalação das municipalidades a partir de 1711, “inauguram nova era”, em que a presença da Coroa se fez sentir com mais força até a consolidação de um sistema fiscal “tirânico” do qual os “quintos” eram apenas uma parte: “havia mais os dízimos, os direitos das entradas, as passagens dos rios”.<sup>105</sup> A visibilidade do poder se fazia sentir, a partir de então, com a construção de vilas, que tinham clara função de vigilância e de ordenação.

A partir dos quatro centros de irradiação do povoamento mencionados por Capistrano de Abreu nos *Caminhos* – São Vicente, São Paulo, Pernambuco e Bahia – formara-se uma diversidade de modos de vida. Ela resultara do encontro do povoador com diferentes condições do meio-ambiente e do embate com tribos indígenas diversas.

Dos quatro centros iniciais, houve, como se pode deduzir do exposto até aqui, ramos secundários, como o que se deu no caso do povoamento da região de Cuiabá e do Mato Grosso, mas também do Maranhão, que teria importância estratégica para a região norte. A costa leste-oeste, isolada do resto do Brasil pelo regime de ventos que vigora ali, é tema tratado por Capistrano com atenção, tanto nos *Caminhos* quanto nos *Capítulos*.

A dificuldade de navegação pela costa do Maranhão ao Ceará por causa do regime de ventos que ali vigora, levou à elevação do Maranhão a Estado separado logo após a conquista. Estes impedimentos vetavam a contigüidade territorial e econômica entre as duas regiões. Mais uma vez a intervenção dos conquistadores foi decisiva para estabelecer ligações entre as partes separadas do território. É assim que “não muito antes da expulsão dos jesuítas, o caminho do Maranhão à Bahia chegou a seu traçado definitivo”,<sup>106</sup> após o “desbravamento” realizado por João Velho do Vale, entre outros.

Sobre as viagens deste conquistador, vale dizer, há trechos dos *Caminhos antigos* reproduzidos nos *Capítulos*, o que nos faz confirmar que os *Capítulos*, embora de forma alguma se limitem a isso, são uma montagem de obras

<sup>104</sup> Ibid., p. 186.

<sup>105</sup> Ibid., p. 189.

<sup>106</sup> ABREU, J.C., “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, p.69.

anteriores.<sup>107</sup> Veremos na parte III do trabalho que isso se deveu em parte às circunstâncias da elaboração dos *Capítulos*. Importa perceber por ora que Capistrano, quando reescreve trechos das obras anteriores, amplia bastante a análise da diversidade social e cultural das diferentes regiões. No que se refere ao Maranhão, por exemplo, a atividade dos jesuítas aparecera timidamente nos *Caminhos*, ao passo que nos *Capítulos*, ganha contornos mais generosos e, portanto, novo significado.

Ganha também em importância no trecho dos *Capítulos* relativo ao Maranhão, a ocupação do Pará e do Amazonas. No ano de fundação de Belém, por exemplo, “Pedro Teixeira aprisionou uma nau holandesa”. A presença de ingleses e holandeses no norte deixaria de ser problemática a partir de 1646, quando foi tomado “o último estabelecimento holandês de que temos notícia”, e assim, “ficou...firmada a soberania de Portugal desde o cabo Norte até a ponta de Saporará, e dasassombrado de inimigos todo o baixo Amazonas”.<sup>108</sup>

As expedições em direção ao rio Tocantins, ao Madeira e aquelas em sentido contrário, “desde a terceira década do século XVIII descem ao Amazonas mineiros e Goiás”, criavam a contigüidade territorial entre aquelas regiões. De tal modo que em 1751, “o Pará, a que agora estava subordinado ao Maranhão, contava nove freguesias e seis ermidas paroquiais, sete fortalezas, vinte e quatro engenhos de açúcar, quarenta e duas engenhocas de aguardente e sessenta e três aldeias de índios missionados”.<sup>109</sup>

Capistrano traça, nos *Capítulos*, um quadro do “organismo” paraense por volta de 1662 recorrendo a uma carta do padre Antônio Vieira dirigida à Câmara do Pará:

---

<sup>107</sup> Compare-se as passagens: “Duas viagens fez João Velho do Vale. Na primeira chegou à serra do Ibiapaba, onde deixou três estradas conhecidas apenas pela afirmação vaga de um contemporâneo. Na segunda chegou até a Bahia, naturalmente partindo da mesma serra, o que indica um traçado bastante oriental, talvez pelas ribeiras do Poti e contravertentes do São Francisco, a Cabrobó e Geremoabo”, in “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, p. 69.

Nos *Capítulos* reescreveu: “Vale fez duas viagens. Na primeira chegou à serra de Ibiapaba, onde deixou três estradas; da Segunda alcançou a Bahia, naturalmente partindo da mesma serra, o que indica traçado bastante oriental, talvez pelas ribeiras do Poti e contravertentes do Rio São Francisco, Cabrobó, Ibo e Jeremoabo” in *Capítulos de História Colonial*, p. 165.

Faça-se justiça também à nota de José Honório Rodrigues, que chama a atenção para as semelhanças dos trechos.

<sup>108</sup> ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p. 155.

<sup>109</sup> *Ibid.*, p. 163.

“Os alicerces assentaram sobre sangue, com sangue se foi amassando e ligando o edifício e as pedras se desfazem, separam e arruinam. As terras se esterilizam; as plantações de mandioca não bastam para garantir o sustento; tem de se buscar longe as madeiras e as terras de tabaco; mingam a caça e a pesca; as povoações muito são distantes umas das outras e o trabalho de remar consome as forças da indiada. Não há açougue, nem ribeira, nem horta, nem tenda para vender as coisas usuais para o comer ordinário...No Pará, onde todos os caminhos são por água, não há uma canoa de aluguel. Para um homem ter o pão da terra há de ter roça, e para comer carne, há de ter caçador, e para comer peixe, pescador, e para vestir roupa lavada, lavadeira, e para ir à missa ou a qualquer parte, canoas e remeiros: os moradores de mais cabedal têm a mais de tudo isto, costureiras, fiandeiras, teares...com que cada família vem a ser uma república”<sup>110</sup>

Por toda parte onde se alastrara a “corrente interior mais volumosa e mais fertilizante que o tênue fio litorâneo”, permanece um traço comum: o da formação de um tipo de sociabilidade em que a família ditava os procederes. “Cada família vem a ser uma república”, ecoam Vieira e o Bispo de Tucuman citado por Frei Vicente do Salvador: “toda ela [o Brasil] não é uma república, sendo-a cada casa”. Ora, a permanência desta característica por todo o território que se tornava contíguo, aparenta a uma sobrevivência do domínio das “forças dissolventes, centrífugas, no organismo social” que predominavam na psicologia dos primeiros povoadores, e tinha como consequência a atrofia das questões públicas, ou, pelo menos, a dificuldade de se lidar com elas.

Em texto escrito pouco depois dos *Caminhos*, o historiador cearense volta à problemática do caminho entre o Maranhão e a Bahia, considerada questão capital da história do Brasil:

“Por ordem de Gomes Freire de Andrada, o governador do Maranhão João Velho do Vale, abriu um caminho entre aquela capitania (MA) e a da Bahia. O fato em si é um dos mais importantes da História do Brasil: significa a vitória sobre os ventos alíseos, durante metade do ano soprando numa só direção, por conseguinte, estorvando a constância de comunicações marítimas recíprocas”<sup>111</sup>

Olhando para o norte, Capistrano parece mais convencido da “convergência entre as partes”. Mesmo a longínqua região amazônica aparece claramente dentro de seus planos para o mapa mental do Brasil. A fundação do Maranhão (1621) na

<sup>110</sup> Apud ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p. 159-60.

<sup>111</sup> ABREU, J.C., “A geografia do Brasil” [1904] in *Ensaio e estudos*, 2ª série, p. 21.

época da união ibérica cumpriria como uma de suas funções a defesa estratégica da Amazônia dos ataques de franceses e ingleses.

O leitor deverá ter notado a pouca importância atribuída a questões relativas ao povoamento do sul do Brasil. Nos *Caminhos*, como nos *Capítulos*, poucas páginas se detêm sobre a porção do território ao sul de São Paulo. Aliás, trata-se de um texto praticamente idêntico, que aparecera no capítulo X – “Formação dos limites”- dos *Capítulos* e foi depois reproduzido com pequenas modificações e acréscimos numa segunda edição dos *Caminhos*, publicada na revista *América Brasileira* e reproduzida pela Sociedade Capistrano de Abreu. Mas a questão do sul apareceria também em outro texto, este escrito em 1900, muito próximo da redação dos *Caminhos* e que por isso será levado em conta.

No sul, “o movimento colonizador se operou com muita lentidão por parte de Portugal”. E só teria tido algum impulso após a fundação da Colônia do Sacramento com o fim da união ibérica. Sobre este ponto, é importante cotejar os *Capítulos* com o prólogo à *História topográfica e bélica da Colônia do Sacramento*, publicado em 1900, no qual Capistrano trata com mais vagar do assunto. Inicia pela descrição das expedições que exploraram e reconheceram o território brasileiro, em especial aquelas que procuraram o sul, bem ao estilo de *O descobrimento do Brasil*, de 1883.

Talvez neste texto esteja uma das descrições mais detalhadas de Capistrano sobre a disputa por territórios entre Portugal e Espanha. É a partir destes processos que o historiador cearense discorre sobre a fundação da Colônia de Sacramento. Ela cumpria uma função estratégica do Monarca português para garantir suas possessões nas proximidades do rio da Prata. A pretexto de um texto anônimo, citado nos *Caminhos* e no “prólogo” (neste com a citação da “informação do Estado do Brasil e de suas necessidades”, RIHGB, 1862), Capistrano refere-se ao estado de abandono e isolamento do estabelecimento português. “Até 1705, nada perturbou o posto avançado das terras portuguesas. Nada também se fez para diminuir o isolamento e a distância do povoado”.<sup>112</sup> Em vez de se povoar a região com casais, diz o anônimo, construíram nela “um presídio fechado sem mulherio, que é o que conserva os homens”.

---

<sup>112</sup> Id., “prólogo” à História topográfica e bélica da colônia do sacramento, Op.Cit., p. 47.

Ali, uma dinâmica diferente daquela ocorrida nos sertões do norte, se estabeleceu. O contrabando prevaleceu sobre a ocupação por currais, engenhos e povoações. “Este ninho antes de contrabandistas que de soldados, foi talvez o berço de uma prole sinistra, os gaúchos ou gaudérios, originários da margem esquerda do Prata...famosos durante largas décadas e ainda não assimilados de todo à civilização”.<sup>113</sup> As tentativas de fazer a Colônia do Sacramento ponto de partida para o povoamento que deveria se estender do Prata até o Rio Grande do Sul, fracassaram. Após o tratado de Utrecht, que restituía a Colônia aos portugueses em 1715, ocupada desde 1704 pelos espanhóis, uma mudança na estratégia colonizadora foi tentada: “Não se limitaram a trazer soldados, trouxeram também famílias. Não se preocuparam só do contrabando, levaram colonos para cultivar a terra. Trataram de remediar o seu isolamento criando postos intermediários para o Brasil – infelizmente muito tarde”.<sup>114</sup> O avanço em direção ao Brasil fora sustado já em Montevideu, onde os espanhóis já haviam consolidado seu domínio.

Diante do fracasso do primeiro plano, tentou-se o caminho inverso, partindo do litoral para o interior até chegar às águas platinas. Desde 1737 iniciou-se o povoamento do Rio Grande do Sul a partir da migração de “várias famílias açorianas” e outros tantos colonos vindos do norte “por força ou por vontade”.

As hostilidades entre Portugal e Espanha continuaram a interferir diretamente na ocupação da região sul. A consideração da “história externa” parece ser aqui mais necessária que em outros espaços. Capistrano é nitidamente crítico ao Tratado de Madrid, responsável por “crimes e abominações”. Na descrição que faz, tanto nos *Capítulos* quanto no “prólogo”, o tratado satisfaz a “avidez de terras” de Portugal, mas desencadeou a “campanha deplorável” que levou à destruição da obra dos jesuítas. Num parágrafo emocionado e indignado, Capistrano, longe do mito da imparcialidade que se construiu para os historiadores do século XIX, resume os acontecimentos decorrentes do Tratado de Madrid e julga os avanços e retrocessos da colonização:

“Ceder terras com habitantes é amputação dolorosa, ainda hoje praticada; entregar as terras, deixando os bens de raiz, levando os moradores apenas os móveis e semoventes reporta à crueza dos Assírios. Entretanto, as duas cortes

<sup>113</sup> Id., *Capítulos de História Colonial*, p. 220.

<sup>114</sup> Id., “prólogo...”, *Op.Cit.*, p.48.

julgaram consumir facilmente este ultraje à humanidade, se os jesuítas as ajudassem, pesando sobre o espírito dos índios. Os jesuítas acreditaram-se poderosos para tanto, e bem caro pagaram este acesso de fraqueza ou de vaidade: quando os índios se levantaram desmentindo ou antes engrandecendo seus padres, mostrando que a catequese não fora mera domesticação e a vida interior vibrava-lhes na consciência, aos jesuítas foi atribuída a responsabilidade em um movimento natural, honesto, humano, por isso mesmo irresistível”<sup>115</sup>

Neste parágrafo, nota-se outro momento de condensação da “história íntima”. A obra dos jesuítas é vista com simpatia por Capistrano, não apenas no contexto acima referido, mas também nas missões espalhadas pelo território brasileiro. Ela é responsável pela lenta formação de um dos elementos de “solda” dos “cinco grupos etnográficos”, a saber, “comunidade passiva da religião”, como escreveria no parágrafo conclusivo dos *Capítulos de História Colonial*.

O episódio cruento da guerra de jesuítas e guaranis contra soldados portugueses e espanhóis, foi apenas um dos resultados das disputas entre as Coroas ibéricas por territórios – que significavam riquezas e comércio. Pois os governantes territorialistas “identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/ o capital como um meio ou subproduto da busca de expansão territorial”.<sup>116</sup> Daí também os “dares e tomares” entre as duas nações ibéricas.

Outro resultado dos conflitos no sul foi uma formação um pouco diferenciada das demais regiões. A “prole sinistra” de gaúchos ou gaudérios parece fixar um tipo diferente, mais arreado à civilização. Após a destruição da obra dos jesuítas, as missões ficaram em poder dos espanhóis até serem tomadas por “desertores e aventureiros”. A presença castelhana na região é vista com tom de desconfiança por Capistrano, como se ali houvesse a possibilidade de um desvio em relação à nacionalidade futura, que tem no território uma de suas expressões. Estando no ponto de chegada da História que narra, o historiador toma como “dado” o território nacional tal como constituído, o que influencia sua visão dos acontecimentos pretéritos. Há da parte do historiador certa relutância quando se trata do Rio Grande do Sul.

É assim que o historiador pergunta à propósito da independência da província Cisplatina: “Separada a Província Cisplatina, que ficava significando o Rio Grande do Sul? Que se lucrava em, derribadas as muralhas de Ílion, guardar o Cavalo de Tróia? A resposta não se fez esperar. Em 1835 rebentou uma revolução

<sup>115</sup> Id., *Capítulos de História Colonial*, p. 224.

que durou dez anos. Desde então...grassa o artiguismo além do cabo de Santa Marta”.<sup>117</sup> Literalmente, é como se no sul a contigüidade territorial fosse mais provável com a porção castelhana da América.

Em outro texto escrito também em 1900,<sup>118</sup> o historiador faz uma periodização da História do Brasil no século XIX em que volta a discutir a questão da Colônia do Sacramento. Nota-se aqui claramente a noção de um processo formativo da nacionalidade ainda incompleto. Após a independência, tanto ao norte quanto ao sul surgiram insurreições. Ao norte, a Confederação do Equador, “morreu no nascedouro”. Já ao sul, algo “mais sério” ocorreu. Trata-se da independência da Província Cisplatina. A guerra ali travada “fez à colonização um mal de que ainda hoje não se extinguiram as conseqüências; desfalcando o Brasil de toda a margem esquerda do baixo Prata, converteu o Rio Grande do Sul em agente de dissolução, de efeitos deletérios incalculáveis”.<sup>119</sup>

A qualificação “agente de dissolução” deve-se ao fato de que, para Capistrano, o sul poderia representar um desvio em relação ao sentido que deveria cumprir a história Pátria, o de formar uma nação unificada. A temporalidade exerce a função de força civilizadora, que tem no estabelecimento da contigüidade territorial uma expressão da unidade pátria, da “pátria grande”, reconhecida como resultado do longo processo de povoamento durante três séculos de formação e vista como ponto de partida de uma nova nacionalidade.

Apesar disso, o Rio Grande do Sul aparece retratado nos *Capítulos*, não no capítulo “O sertão” - fato significativo por ser aquele o capítulo procura retratar uma especificidade do Brasil - mas nos dois últimos: “Formação dos limites” e “Três séculos depois”. Neste último, um padrão que já observamos se repete. Há momentos da narrativa em que sobressai um tom “sociológico” que elucida aspectos do modo de vida estabelecido no sul do país:

“Avigorou-se a tendência ao nomadismo com a circunstância de passar por ali a fronteira, uma fronteira disputadíssima, que qualquer dos confinantes ambicionava estender...Os combates regulares não subiram a muitos, mas as surpresas, as arreatas, os encontros singulares, as incursões de contrabandistas constituíam fato cotidiano. Forçosamente os rio-grandenses tornaram-se

<sup>116</sup> ARRIGHI, G., *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*, p. 33-4.

<sup>117</sup> ABREU, J.C., “prólogo...”, Op.Cit., p. 56.

<sup>118</sup> ABREU, J.C., “O Brasil no século XIX” in *Ensaios e estudos*, 3ª série.

<sup>119</sup> Ibid., p. 92.

aventureiros e soldados; só por militares tinham atenção...A quem não montava bem ou não sabia laçar de cavalo xingavam de baiano ou maturango”<sup>120</sup>

A imagem do nomadismo tem uma força sugestiva que interessa mencionar, pois ele responde pela dificuldade de assentar o povoamento naquela região. Observe-se também a criação de códigos ou valores distintos nas diferentes regiões, assinalando a diversidade dos modos de vida. Na zona pastoril do sul, “abundava a água perene; nunca passavam anos sem chuva; não havia as enredadas caatingas de outras regiões menos favorecidas. A proporção entre gado cavalar e vacuum era muito maior do que a do Norte”.<sup>121</sup> A tendência à locomoção apenas arrefeceu quando das secas do norte. Nesta oportunidade, o gado sulino transformou-se em fonte de riqueza. “...o gado cresceu de valor e as estâncias, também aqui estabelecidas geralmente nas eminências, começaram a ter alguma organização. Com as charqueadas foram introduzidos os negros, que chegaram a muitas dezenas de mil”<sup>122</sup>.

A formação da população teve também suas particularidades: “entraram sobretudo açorianos, nortistas principalmente de São Paulo, e não poucos espanhóis imigrados ou incorporados. Sobretudo na fronteira meridional deu-se a penetração das duas línguas. Havia poucos mulatos”.<sup>123</sup> É notável, como dizíamos, a ausência do Rio Grande do Sul nas “Revistas Históricas” (primeira versão dos *Caminhos*), que aparecerá, entretanto, representado em poucas páginas dos *Capítulos*. Seu povoamento aparece mais como resultado episódico de circunstâncias da “história externa” do que um movimento voluntário de *conquistadores* e mineiros que se embrenham nos sertões e ali se estabelecem.

Por diferentes métodos e com diferentes personagens, cada centro de povoamento descrito nos *Caminhos* apresenta uma tendência comum: a do estabelecimento de linhas de ligação entre as diferentes partes do território. Excluindo as zonas de fronteira<sup>124</sup>, como fez no início de seu estudo, Capistrano conclui os *Caminhos antigos* com uma interrogação. “...no princípio do século

<sup>120</sup> ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p. 246.

<sup>121</sup> *Ibid.*, p. 244.

<sup>122</sup> *Ibid.*, p. 246.

<sup>123</sup> *Ibid.*, p. 247.

<sup>124</sup> “Excluindo desta revista os territórios das fronteiras que obedeciam a outras considerações e foram ocupados com princípios que não é agora ocasião de estudar, repetiremos nossa pergunta inicial: pode reduzir-se o povoamento de nossa terra a algumas linhas principais, como num país as águas se somam em algumas bacias preponderantes?”

último (XIX) estava todo o país ligado, imperfeitamente embora, por meio de vias terrestres ou fluviais. Chegar-se-ia a formar um conjunto, uma nacionalidade? O sistema colonial era a divergência, o particularismo; o centro ficava além-mar<sup>125</sup>.” Esta resposta sugere que o que faltava para a nacionalidade era um governo próprio que formaria a tripla conjugação necessária a um Estado-Nação: território, povo e soberania.

Se a formação de um território contíguo e de um povo consciente de sua diferença em relação àquele da metrópole caracterizam a evolução de três séculos de formação, a consolidação da soberania política teria sido propriamente a obra do século XIX. Ela, entretanto, apenas confirmava um desenvolvimento secular de formação do sentimento nacional (a história íntima) e da contigüidade territorial do país. Para Capistrano, D. João VI aparece como personagem importante para consolidar o que estava em plena gestação. Tanto nos *Caminhos*, quanto em “o Brasil no século XIX”, a idéia é externada. Nos 13 anos que ficou em terras brasileiras, D. João

“subordinou-as a um centro que até então falhara, pois nessa ausência se refinava a essência do regime colonial. Ligou por linhas de correio os pontos mais remotos; ao seu aceno exploraram-se rios e estradas, rasgaram-se matas invioláveis; com as comunicações que amiudaram, conheceram-se melhor os povos, esvaneceram-se prevenções seculares, a convivência preparou a convergência. O movimento revolucionário de 1817 em algumas províncias do norte fôï sufocado de pronto e sem muito sangue”<sup>126</sup>

D. João VI, embora seja considerado personagem importante no processo, apenas encarna forças históricas de evolução mais remota. A unidade nacional aparece aqui representada quase que como um destino a ser cumprido naturalmente. Durante os reinados de D. João VI e D. Pedro I,

“tão suave começou a convergência das partes, tão naturalmente correu o processo de unificação que, apesar das revoluções profundas realizadas nestes dois reinados, tudo se pautou por uma evolução gradual e legítima. Tão cimentada ficou a obra nacional que desafiou as crises que acompanharam a regência e ainda entraram pelo segundo reinado”<sup>127</sup>.

---

ABREU, J.C., “caminhos antigos e povoamento do Brasil”, p. 72.

<sup>125</sup> Ibid., p. 74.

<sup>126</sup> ABREU, J.C., “o Brasil no século XIX”, Op.Cit., p. 91.

Aqui como na formação de um território contíguo, o historiador narra um enredo do qual conhece o desfecho. A filosofia da história subentendida ao seu discurso se revela no emprego de expressões como “naturalmente” e “evolução gradual e legítima” para referir ao processo de unificação. Um raciocínio semelhante é aplicado à evolução do “sentimento nacional” e à história dos acontecimentos políticos, em que observa a constituição de uma unidade a partir da diversidade.

Nos textos escritos em torno de 1900, vemos como Capistrano narra a formação do território nacional. Podemos dizer que os *Caminhos* retratam a história de como diferentes espaços foram se transformando num território contíguo. Nesse sentido, a variável tempo é significativa. Quando Capistrano afirma que na segunda década do século XIX, “o Brasil já era mais do que simples expressão geográfica”<sup>128</sup>, quer dizer que há algo além da natureza. Ali havia surgido um povo diferente e que, além disso, se imaginava como diferente do português. Trata-se também da afirmação da criação, ao longo do tempo, de um espaço econômico interno, tendência que se opõe ao vício secular das capitânicas de preferirem a comunicação direta com a metrópole em vez da criação de laços de solidariedade com as outras capitânicas. De alguma forma, os *Caminhos* são vistos como a possibilidade de formação de um espaço econômico unificado e, por isso, legitimador de uma nova nacionalidade.

A síntese que Capistrano elabora nos *Caminhos*, como nos *Capítulos*, pode ser pensada como resultado de vários anos de investimento pessoal em pesquisas e na mobilização de documentação em que o historiador se envolveu desde pelo menos o início dos anos 1880. Nestes anos, a dimensão do pesquisador é mais evidente e predomina sobre o narrador, como se a construção do edifício documental devesse preceder uma narrativa cientificamente orientada. Embora as preocupações de cada momento da sua trajetória intelectual sejam diferentes, o que se infere das suas opções teóricas ou na percepção das modificações conjunturais da própria História de que é testemunha, permanecia o projeto intelectual de escrever a História do Brasil pautada pela moderna metodologia científica.

Tal projeto intelectual está intimamente ligado a uma continuidade dos esforços de Varnhagen. O reconhecimento que faz de seu antecessor, entretanto,

---

<sup>127</sup> Ibid., p. 91.

<sup>128</sup> Ibid.

não o impede de marcar insistentemente sua diferença e originalidade, como vimos na primeira parte deste trabalho. Por outro lado, suas convicções o levam a sentir a necessidade de escrever a História da nacionalidade por ter o senso de que a própria nação se encontra em processo formativo inacabado. No fim do século XIX, a crise do Império do Brasil e o avanço do imperialismo internacional pairam como ameaças à unidade nacional. A biografia do território brasileiro, sintetizada nos *Caminhos*, era uma questão para o historiador na medida mesma em que, em seu próprio tempo, os limites do Império do Brasil com outras nações estavam sendo discutidas e eram alvo de disputas, como vimos no diálogo de Capistrano com o Barão do Rio Branco.

De alguma maneira, ao demonstrar a contigüidade territorial do Brasil, Capistrano dialoga com a formulação do mito da ilha-Brasil, que vimos no início deste item. Ao mesmo tempo, ele não se limita à uma imagem estática do território cujas fronteiras naturais seriam o Amazonas ao norte e o Rio da Prata ao sul. Na verdade, tomando como dados aqueles limites, o historiador opta por reconstituir as estradas do povoamento, em que se vislumbra aspectos de uma nova nacionalidade. À impressão de homogeneidade que a “ilha-Brasil” transmite, um território nacional unificado como dádiva da natureza, Capistrano contrapõe a diversidade de modos de vida existentes no interior daquela e revela a historicidade do estabelecimento de pontos de contato entre suas diferentes partes.

A unidade que o historiador afirma, por sua vez, se apresenta como resultado da consolidação do processo de povoamento. Ela resulta da transformação da psicologia dos colonos - do mazombismo até a formação de um “sentimento nacional” que une as diferentes identidades capitaniais. A “história íntima”, pela qual se expressam tais modificações, é indissociável da formação do território contíguo.

A diversidade que Capistrano encontrara nas diferentes partes do território diziam respeito ao contato do *conquistador* com a natureza. Mas não mencionamos ainda com a devida atenção os índios que habitavam o território e que também contribuíram na formação da nação.

### 2.3 Filologia indígena e História do Brasil

Argumentamos que há, subjacente à narrativa de Capistrano, a demonstração da contigüidade territorial do Brasil e da formação de um “sentimento nacional” numa diversidade de modos de vida. Na sua “filosofia da história” está implícita a busca da especificidade do brasileiro. Nos *Capítulos*, podemos ler a seguinte passagem: “Por toda parte transparece o segredo do brasileiro: a diferenciação paulatina do reinol, inconsciente e tímida ao princípio, consciente, resoluta e irresistível mais tarde, pela integração com a natureza, com suas árvores, com seus bichos e o próprio indígena”.<sup>129</sup> Aqui Capistrano explicita o que fica implícito na maior parte de sua obra. Há uma estrutura narrativa pressuposta em sua reflexão e legível nas entrelinhas de seus textos.

No primeiro capítulo dos *Capítulos de História Colonial*, denominado “antecedentes indígenas” há um trecho de quase quatro páginas em que narra os costumes e a organização social das tribos indígenas que viviam no território brasileiro. É significativo que esta descrição siga em tom de continuidade com a das características topográficas e climáticas bem como da fauna de um território que “demora em sua quase totalidade no hemisfério meridional, entre o Equador e o Trópico de Capricórnio”.<sup>130</sup> De fato, os índios fazem parte daquela natureza, quase que se confundindo com o meio geográfico.

Nos *Capítulos*, entretanto, o que vemos é uma síntese de estudos e preocupações manifestadas em diversas oportunidades de sua trajetória intelectual. Como entender que o historiador tenha se dedicado, no início dos anos 1890, ao estudo do Bacaeri, língua de tribos indígenas do Mato Grosso? Como entender seu esforço em recolher documentação a respeito da língua tupi?

Se imaginarmos que a resposta a estas perguntas tem relação com a identidade do povo brasileiro, então podemos supor que o trabalho que o historiador desenvolveu com o Bacaeri e a preocupação constante com os indígenas, guardam relação com sua concepção da história Pátria. Pois o brasileiro resulta, para Capistrano, do contato do português com um meio geográfico desconhecido e com os habitantes que aqui encontraram. Tentaremos demonstrar

---

<sup>129</sup> ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p. 206.

que os esforços do historiador no que diz respeito aos estudos lingüísticos alimentam-se, por um lado, de uma admiração confessada pela literatura de José de Alencar e por outro da cultura filológica do século XIX. Nesse sentido, aqueles esforços são complementares e não opostos às investigações para a história Pátria.

Indício disto está na polêmica em que o historiador se envolveu com Silvio Romero acerca da influência dos índios na formação da população brasileira, a que podemos fazer referência a partir três artigos publicados na *Gazeta de Notícias* em março de 1880<sup>131</sup>, quando o historiador comentava o livro *A literatura brasileira e a crítica moderna*, de Silvio Romero. De alguma maneira, a questão do indianismo, que aparecera desde “A literatura brasileira contemporânea”, de 1875, é aqui reformulada pelo uso de um instrumental científico de que o historiador se arma. A antropologia, a arqueologia, a sociologia e a filologia são ferramentas teóricas de que Capistrano se utiliza para dar contornos científicos à questão.

Nos textos publicados em 1880, Capistrano retoma divergências que já haviam aparecido em “O caráter nacional e as origens do povo brasileiro”, escrito em 1876.<sup>132</sup> Elas diziam respeito às causas que teriam levado ao surgimento de diferenças entre o brasileiro e o europeu, ou seja, de questões relativas à identidade da nação brasileira.

É bastante visível nestes textos, intitulados “História Pátria”, a influência da filosofia de Spencer. Capistrano reafirma, contestando Silvio Romero, a natureza e o índio como fatores de modificação do europeu transmigrado. “A minha tese é a seguinte: o que houver de diverso entre o brasileiro e o europeu, atribuo-o em máxima parte ao clima e ao indígena. Sem negar a ação do elemento africano, penso que ela é menor que a dos dois fatores, tomados isoladamente ou em conjunção”.<sup>133</sup> Ele recorre à definição de vida expressa por Spencer, “uma adaptação das energias íntimas às forças exteriores”, para argumentar que a natureza, ao contrário do que sustentava Silvio Romero,<sup>134</sup> forçou o português a

<sup>130</sup> Ibid., p. 43.

<sup>131</sup> ABREU, J.C., “História Pátria” [1880], in *Ensaios e estudos*, 3ª série, pp. 103-23.

<sup>132</sup> Id., “O caráter nacional e as origens do povo brasileiro” in *Ensaios e estudos*, 4ª série, pp. 3-24.

<sup>133</sup> Id., “História pátria”, Op.Cit., p. 106.

<sup>134</sup> A tese de Silvio Romero: “É incontestável que entre o Brasil e Portugal existem diferenças bem sensíveis. A que atribui-las? Ao meio? Não, porque a ação mesológica teve que lutar contra a estreiteza do tempo e o adiantado da civilização. Ao tupinambá? Não, porque a população indígena era pouco adiantada e pouco numerosa. Ao africano? Sim. Aos bandos de africanos de origem diversa que concorreram diretamente para avultar esta nação, é que se deve atribuir em sua

adaptar-se ao meio. Para provar a suposição, recorre à narrativa de Gabriel Soares sobre os “perigos das cobras”, os “perigos das onças e tigres”, “o frio na capitania de São Vicente”, aduzindo que a influência era sentida “desde os primeiros tempos”, quando predominava, para lembrar a evolução da “história íntima”, o desdém pela terra e pelos naturais, por parte dos povoadores.

Quanto à influência dos índios na formação do povo brasileiro, é interessante ler a razão imaginada por Capistrano para a “antipatia do Dr. Silvio Romero pelo tupinambá”. Convencido que tal antipatia não ocorria por questões científicas, o historiador cearense passa a se referir à concepção que Silvio Romero tinha do indianismo. Quando começou a escrever, ele “achou...o indianismo como escola literária. Estudando-o nesta qualidade, em breve descobriu o que havia de insuficiente e estreito em seus princípios e condenou-o. Depois, por uma transição insensível, envolveu na mesma condenação a teoria literária e o fato sociológico”.<sup>135</sup> Capistrano passa então a recuperar o argumento que desenvolvera em “A literatura brasileira contemporânea”, escrito cinco anos antes. Ali aparecera a consideração da independência como “tradução da consciência de superioridade a Portugal” e o argumento de que o indianismo do século XVIII mineiro fixara em contos populares as transformações da psicologia dos colonos. Aqueles contos, não podemos ter dúvida, eram considerados documentos que expressavam a diferenciação dos colonos ante ao reino, através da identificação com a natureza e com os “íncolas primitivos”:

“O indianismo é um dos primeiros pródromos visíveis do movimento que enfim culminou na independência: o sentimento de superioridade a Portugal. Efetivamente era necessária grave mudança nas condições da sociedade, para que a inspiração se voltasse para as florestas e incólas primitivos, que até então evitara”.<sup>136</sup>

Na defesa que fez de José de Alencar, bem como da temática indígena, Capistrano de Abreu distinguiu dois indianismos. O primeiro é o do século XVIII, “espontâneo e original” que responde pelo “fato sociológico”, ao fixar nos contos populares as transformações da “emoção coletiva do brasileiro”. A segunda floreação, do século XIX, embora inspirada na primeira, também era “simples

---

máxima parte o que de diverso existir entre o brasileiro e seu ascendente europeu”, Apud ABREU, J.C., “História pátria”, Op.Cit., p.106.

<sup>135</sup> ABREU, J.C., “História pátria”, Op.Cit., p. 119.

imitação, puro reflexo de Chateaubriand e Cooper”.<sup>137</sup> Capistrano, então, critica Silvio Romero por não reconhecer a existência do primeiro, mas não deixa de afirmar o valor da floração mais recente, cujo expoente de peso era José de Alencar. Tanto é assim que o historiador cearense recupera a imagem de seu conterrâneo, louvando seu esforço em se preocupar com as lendas e mitos da terra conquistada, com “as tradições que embalam a infância do povo”.

A defesa de José de Alencar contra os ataques de Silvio Romero está implícita na análise feita por Capistrano acerca da influência dos índios e da natureza na formação do povo brasileiro. Indiretamente, ela ecoa aspectos de uma outra polêmica ocorrida no ano de 1873, aquela que envolveu José de Alencar e Joaquim Nabuco. “Ódios políticos despertaram crua guerra literária”, escreve o historiador ao final de “História Pátria”, sugerindo antes motivos políticos do que científicos para o ataque ao romancista.

A polêmica Alencar-Nabuco é considerada pelos estudiosos como sintomática da tendência de superação do imaginário literário que tinha em José de Alencar seu principal representante:

“...Até 1870, o discurso legitimador da brasilidade era sobretudo romântico, tanto na política quanto na literatura, onde Alencar reinava como o sintetizador do modo de pensar de toda uma geração...A polêmica com Nabuco é um marco da quebra desse modelo literário-romântico de expressão nacional. Nela se manifesta a rejeição da nova geração ao indianismo...”<sup>138</sup>

A divergência de pontos de vista aqui explicitada tem como pano de fundo o confronto entre o cosmopolitismo da nova geração, cuja confiança na ciência é apenas um de seus aspectos, e o nacionalismo de cariz romântico da anterior. É assim que o jovem Joaquim Nabuco, por exemplo, ao regressar da França em 1874, escreveria: “sou antes um espectador do meu século do que do meu país; a peça é para mim a civilização, e se está representando em todos os teatros da humanidade, ligados hoje pelo telégrafo”.<sup>139</sup> Para Nabuco, “cidadão do mundo, atraído pelo grande espetáculo do século...o Brasil...é secundário, apenas lhe

<sup>136</sup> Id., “A literatura brasileira contemporânea” in *Ensaios e estudos*, 1ª série, Op.Cit., p. 60.

<sup>137</sup> Id., “José de Alencar” [20/12/1882] in *Ensaios e estudos*, 4ª série, Op.Cit., p. 58.

<sup>138</sup> ALONSO, A., “O ocaso do romantismo: a polêmica Alencar-Nabuco”, Apud AMOROSO, M.R. e SÀEZ, O.C., “Filhos do norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu”, p. 243.

seduz quando é sede de um fato de âmbito universal, como o da luta contra a escravidão”.<sup>140</sup>

Capistrano de Abreu, em “A literatura brasileira contemporânea” fizera referência à polêmica e argumentara pela complementaridade de posições que se pretendiam antagônicas. “Vejo sintomas de renascimento literário nas duas escolas que se formam: o cosmopolitismo e o indianismo. Não obstante parecerem e até serem-se antagônicas, elas são complementares, solidárias”,<sup>141</sup> escreve em 1875. Poucos anos depois, com a morte de José de Alencar, Capistrano presta-lhe homenagem e recupera o indianismo que começava a perder o prestígio:

“o indianismo implantou-se no correr de muitos anos. No *Guarani* aparece um selvagem entre os portugueses. Alguns anos mais tarde na *Iracema*, aparece um português entre os selvagens. No *Ubirajara*, escrito dez anos depois, é que se faz abstração completa do elemento europeu, e o quadro rasga-se em horizontes pura e exclusivamente brasileiros. Nos *Filhos de Tupã*, infelizmente incompletos, vai o poeta adiante: descreve a formação primitiva das tribos, antes que as migrações esgalhassem a grande árvore”<sup>142</sup>

Capistrano considera Alencar “o fundador da literatura brasileira”,<sup>143</sup> e não parece exagero supor que a admiração nutrida pelo historiador à obra de seu conterrâneo tinha relação em parte com a capacidade do romancista de retratar e se inspirar nas tradições do povo “estudando-lhes os usos, costumes, tendências, prejuízos e abusões”.<sup>144</sup> Capistrano faz referência às viagens do pai de Alencar, que imprimiram no jovem a “vivência do Cariri” e dos sertões do Ceará, Pernambuco e Paraíba, como que revivendo os caminhos antigos dos *conquistadores* da terra. “Em 1817, quando emissário da malograda revolução pernambucana, fora ao Crato pelo interior de Pernambuco e Paraíba. Depois viera mais de uma vez ao Rio de Janeiro pelo São Francisco”.<sup>145</sup>

M. Cavalcanti Proença, em estudo crítico introdutório à *Obra Completa* de José de Alencar, faz uma observação preciosa sobre o menino em viagem pelo interior do país. Após descrever o itinerário de uma viagem dos Alencar do Ceará à Bahia, passando pelo Crato, Chapada do Araripe, chegando à margem do São

<sup>139</sup> Apud COUTINHO, A. (org), *A polêmica Alencar-Nabuco*, p. 6.

<sup>140</sup> COUTINHO, A., “introdução” in Op.Cit., p. 6.

<sup>141</sup> ABREU, J.C., “A literatura brasileira contemporânea”, Op.Cit., p. 70.

<sup>142</sup> Id., “Livros e letras” [12/12/1879] in *Ensaios e estudos*, 4ª série, p. 47.

<sup>143</sup> Id., “José de Alencar” [13/12/1877] in *Ensaios e estudos*, 4ª série, p. 43.

<sup>144</sup> Ibid., p. 43.

Francisco em Pernambuco e atravessando-o perto de Ibó, caminho que desde o começo do século XIX “servia ao tráfego dos correios entre Bahia e Ceará”, comenta:

“Essa viagem memorável, desde Fortaleza, descendo pelo vale dos rios, varando caatingas, trepando as encostas quase a pique da Chapada do Araripe, navegando o baixo São Francisco – que aos olhos do menino pareceu um mar – rompendo o sertão baiano, imprimiu indelevelmente na memória do pequeno José o cenário em que faria viver os seus heróis, a cor local que combinaria em nuances de muita beleza, na sua obra romântica”<sup>146</sup>

A interessante observação nos faz pensar na dimensão da “história íntima” que Capistrano de Abreu procurou retratar. É como se aqui, o romancista encarnasse, rigorosamente, o “espírito de superioridade à metrópole”, ao retratar com entusiasmo os sertões baianos, o São Francisco, a vida sertaneja, os indígenas. A “falta de espírito plástico e simpático” que Capistrano via em Varnhagen, aparece em Alencar com sinal invertido. Ele conseguiu captar, embora no romance, aspectos de uma realidade até então negligenciada. Com isso, Alencar torna-se, ele próprio, objeto da “história íntima” que Capistrano pretendia investigar.

Há em Capistrano de Abreu um certo tipo de relação com o conhecimento que tende a unir razão e sentimento. Se é impossível deixar de reconhecer que a crítica histórica era vista pelo historiador cearense como algo racional e constituinte do ofício do historiador, podemos argumentar que há por trás de sua defesa de José de Alencar, um desejo de não rompimento com um Brasil, tal como retratado pelo romancista, que havia se tornado, por assim dizer, “íntimo” de Capistrano. É preciso partilhar da capacidade de auscultar a terra que tinha o índio Peri, e que passa ao sertanejo mestiço.

Leitor de Alencar, o historiador se deixa seduzir pelas imagens produzidas pelo romancista. Imagens como a da superioridade da América sobre o Velho Mundo “refrão muitas vezes repetido na obra de Alencar”.<sup>147</sup> Ou a separação entre o sertão e o litoral, tema caro a Capistrano de Abreu. Alencar tratara do contraste: “sempre que os homens da cidade andam pelo campo, fazem feio nas lidas do

<sup>145</sup> ABREU, J.C., “José de Alencar” [12/12/1882], in *Ensaio e estudos*, 4ª série, p. 53.

<sup>146</sup> CAVALCANTI PROENÇA, M., “José de Alencar na literatura brasileira”, in ALENCAR, J., *Obra completa*, vol.1, p. 16.

<sup>147</sup> *Ibid.*, p. 43.

gado, nas cavalgadas sertanejas, como Marcos Fragoso na caça ao Dourado”.<sup>148</sup> Ou ainda, a dos índios como fazendo parte de uma “alma” brasileira, que alude à necessidade de, ao ler os viajantes, descontar os preconceitos existentes em suas narrativas, que exigiam a conformidade daqueles com o padrão europeu. Cavalcanti Proença notou como, na “advertência” a *Ubirajara*, “José de Alencar, em defesa prévia de seus índios, antecipa-se à crítica dos que estranhariam a ‘magnanimidade que ressumbra no drama selvagem’. Assim procederiam – afirmava – apenas os que não tivessem ‘estudado com alma brasileira o berço de nossa nacionalidade’”.<sup>149</sup>

Não podemos duvidar da forte presença da obra alencariana no impulso de Capistrano de Abreu em, de certa forma, defender a causa indígena na polêmica com Silvio Romero. Ocorre que tal defesa se fazia, como argumentávamos, pela utilização de critérios cientificistas, ancorados na filosofia spenceriana. Mas Capistrano recorria também à documentação para provar a influência da natureza e dos índios na formação da nacionalidade. Em sua trajetória, acabou por se dedicar ao estudo das línguas indígenas. Esta “filologia indígena” inaugurava um novo tipo de tratamento da questão, não mais pela literatura. Com esta inflexão, Capistrano acabou por problematizar, para si mesmo, a imagem da “unidade lingüística ameríndia” pressuposta pelo mito da ilha-Brasil.

A formulação da ilha-Brasil, com a qual Capistrano dialogou à sua maneira, compreendia, além da questão dos limites naturais do território – que vimos no item dois desta parte do trabalho - a idéia de uma base lingüística ameríndia comum a toda a ilha: “A idéia, repetida amiúde, da existência de uma unidade cultural ameríndia, organizada sobre um leito natural cujos limites coincidem com os da Ilha-Brasil, tira sua força e sedução de referência à chamada língua geral, apresentada como uma espécie de idioma nacional pré-histórico”.<sup>150</sup>

Vejamos como esta imagem aparece em texto de autor não assinado e publicado no livro *Brasil, 1889*: “Quando os portugueses, depois da descoberta de Cabral (1500), começaram a explorar e colonizar o Brasil, encontraram ao longo da costa, desde o Prata até para além das bocas do Amazonas, tribos de índios de

<sup>148</sup> Ibid., p. 47.

<sup>149</sup> Ibid., p. 48.

<sup>150</sup> MAGNOLI, D., *O corpo da Pátria*, p. 53.

uma mesma nação, falando a mesma língua e designadas sob o nome coletivo de Tupi”.<sup>151</sup> Esta formulação está presente, entre outros autores, em Varnhagen, que na *História Geral do Brasil*, faz a seguinte observação sobre os índios que habitavam o Brasil antes da chegada de Cabral:

“essas gentes vagabundas, que, guerreando sempre, povoavam o terreno que é hoje o do Brasil, eram pela maior parte verdadeiras emanações de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de uma origem comum, falavam dialetos da mesma língua, que os primeiros colonos do Brasil chamavam geral...esta unidade de raça e de língua, desde Pernambuco até o porto dos Patos e pelo outro lado quase até as cabeceiras do Amazonas, e desde São Vicente até os mais apartados sertões, onde nasciam vários afluentes do Prata, facilitou o progresso das conquistas feitas pelos colonos do Brasil, que, onde a língua se lhes apresentava outra, não conseguiram facilmente penetrar”<sup>152</sup>

A questão das línguas indígenas mobilizou Capistrano sobremaneira ao longo dos anos 90 do século XIX. Em sua correspondência é possível reconstituir as questões que levanta e algumas conclusões a que chega. Neste momento, que é considerado por alguns biógrafos do autor um “desvio” da sua trajetória de dedicação à história Pátria, podemos entretanto considerar o esforço do Capistrano pesquisador de se dedicar àqueles grupos humanos não algo episódico, mas complementar ao esforço de pesquisar a história Pátria. Esta não se escreve, para o autor, sem o ramo indígena, erigido como símbolo da nacionalidade no romantismo e que Capistrano de alguma forma recupera, sob outras formas, como constituinte da especificidade da nação que se formava no trópico. Neste esforço, o historiador acaba por tornar problemática a idéia de uma unidade lingüística ameríndia ao desvendar uma diversidade de línguas que tiram do Tupi o monopólio das atenções dos estudiosos da questão.

Como resultado de seus estudos sobre o Bacaeri, o historiador redigiu o estudo “Os Bacaeris”, publicado em 1895 na *Revista Brasileira*.<sup>153</sup> Neste texto, o historiador estuda, além das características fonéticas e gramaticais da língua, a visão de mundo dos índios bacairis. Ele resultava de um contato com a etnologia alemã tal como praticada por Karl von den Steinen.

Para tentar demonstrar o novo caminho que Capistrano percorreu para tratar a temática indígena, é oportuno comparar o estudo das línguas indígenas

<sup>151</sup> “Algumas notas sobre a língua tupi” in LAVASSEUR, E., *Brasil, 1889*, p. 172.

<sup>152</sup> VARNHAGEN, F. A., *História Geral do Brasil*, 3ª edição, Op.Cit., p. 49.

realizado pelo autor ao que fez a filologia europeia do século XIX, tida por Ernest Renan como a disciplina moderna por excelência entre as ciências do tempo. Assim, as línguas indígenas e as antigas línguas orientais europeias têm um equivalente funcional: cada qual, ao ser constituída como campo pelos estudiosos, identifica um lugar na escala civilizacional a que fica pertencendo. A filologia era uma tecnologia disponível para constituir um discurso sobre as línguas antigas, transformando-as em documentos acerca de povos desaparecidos e determinando seu lugar numa escala temporal e evolutiva da humanidade. E o instrumental científico de que Capistrano se serve no estudo das línguas indígenas, bem pode ser aproximado de alguns aspectos do desenvolvimento da filologia, na segunda metade do século XIX europeu.

Ao considerar as origens do orientalismo, Edward Said chama a atenção para o *Tableau Historique de l'erudition française*, encomendado por Napoleão ao Institut de France em 1802 e que ficou a cargo do erudito francês Silvestre de Sacy. O *Tableau*, que deveria descrever o estado das artes e da ciência desde 1789, anunciava, segundo Said, uma nova consciência histórica, oposta à sagrada, e a possibilidade de que o soberano – segundo o prefácio de Joseph Dacier dirigido ao rei – pudesse “compreender, com um *coup d’oeil*, o conjunto do conhecimento humano”.<sup>154</sup> O esforço de sintetizar o conhecimento do oriental é prerrogativa da erudição entendida como ferramenta científica, mas que também dá poder àquele que a usa:

“A disciplina erudita era...uma tecnologia específica de poder: ela conquistava para aquele que fazia uso dela...ferramentas e conhecimento que haviam estado perdidas até então...A realização de Sacy foi ter produzido todo um campo. Como europeu, ele saqueou os arquivos orientais, e podia fazer isso sem sair da França. Os textos que ele isolou, trouxe de volta depois; reparou-os e então os anotou, codificou, arranjou e comentou. Com o tempo, o Oriente como tal tornou-se menos importante que aquilo em que o orientalista o transformava”.<sup>155</sup>

Assim, a partir de um procedimento metodológico específico, os eruditos constituíam seus respectivos campos, transformando textos em documentos através de uma leitura metodologicamente orientada. A ferramenta tecnológica da erudição, ao mesmo tempo que tirava do silêncio antigas línguas, conformava o

<sup>153</sup> ABREU, J.C., “Os Bacaeris” in *Ensaio e estudos*, 3ª série, pp. 156-97.

<sup>154</sup> SAID, E., *Orientalismo*, Op.Cit., p. 135.

<sup>155</sup> *Ibid.*, p. 136.

que poderia ou não ser dito acerca do objeto, domesticando o saber. O erudito Silvestre de Sacy, “adquiriu os meios de apresentar um campo aos seus estudantes, onde não havia nenhum. Ele *fez* os livros, os preceitos, os exemplos, disse de Sacy o Duque de Broglie. O resultado foi a produção de material sobre o Oriente, de métodos para estudá-lo, e de exemplos que nem mesmo os orientais tinham”.<sup>156</sup> Este estudioso é propriamente quem inaugura o Orientalismo como disciplina. Mas quem a continuou e aplicou a ela os métodos filológicos foi Ernest Renan.<sup>157</sup>

No capítulo VIII de *L'avenir de la science*, Renan faz considerações sobre as relações entre filologia, história e filosofia. A história é considerada a verdadeira “ciência da humanidade”. Ela seria capaz de discernir “um ser que está em perpétuo devir”. Para tanto, a história não deve ser uma simples curiosidade erudita, mas uma associação constante entre a crítica filológica e o espírito filosófico. A filologia conforma um dos elementos do “espírito moderno”, que o separa definitivamente dos “antigos”: “o espírito moderno, ou seja, o racionalismo, a crítica, o liberalismo, foi fundado no mesmo dia que a filologia. Os fundadores do espírito moderno são os filólogos”.<sup>158</sup> Esta nova ferramenta de estudos é responsável propriamente pela “fundação do espírito histórico” na França, que, desde logo, aparece como ramo da crítica<sup>159</sup> e, por isso, um conhecimento “moderno”. É o proceder do filólogo que permite decifrar a linguagem do passado: “criticar é se colocar como espectador e juiz em meio à variedade das coisas. Ora, a filologia é a intérprete das coisas, o meio de estabelecer uma comunicação com elas e de entender sua linguagem”.<sup>160</sup>

A realização do filólogo não seria digna do “espírito moderno” se fosse dissociada da filosofia. Pelo contrário, a união entre “erudição” e “pensamento” era percebida como condição para estabelecer um esforço intelectual digno do tempo. O pressuposto que regula a associação entre a filosofia e a erudição, como

<sup>156</sup> Ibid., p. 136.

<sup>157</sup> Ibid., p. 139.

<sup>158</sup> “L’esprit moderne, c’est-à-dire le rationalisme, la critique, le libéralisme, a été fondée le même jour que la philologie. Les fondateurs de l’esprit moderne sont les philologues”.

RENAN, E., “De la philologie” in *L’avenir de la science, pensées de 1848*, 1890 [1848], p. 141.

<sup>159</sup> “La philologie, inséparablement liée à la critique, est un des éléments plus essentiels de l’esprit moderne”, *ibid.*, p. 138.

<sup>160</sup> “critiquer, c’est se poder en spectateur et en juge au milieu de la variété des choses; or, la philologie est l’interprète des choses, le moyen d’entrer en communication avec elles et d’entendre leur langage”.

*Ibid.*, p. 145.

notou Edward Said, era a unidade da espécie humana: “e o que era a filologia, por um lado, se não a ciência de toda a humanidade, uma ciência baseada na unidade da espécie humana e no valor de cada detalhe humano, e o que era o filólogo, pelo outro, se não...um severo divisor dos homens em raças superiores e inferiores?”<sup>161</sup> A reconstituição das línguas antigas permitia ao filólogo desenterrar camadas de um passado fragmentado com o fim de ordená-lo na cadeia temporal evolutiva. O “laboratório filológico” de Renan, portanto, passa a estudar as línguas como fatos da natureza, passíveis de comprovação científica. O valor da lingüística está em tratar “as palavras como objetos naturais, que de outro modo seriam silenciosos, e as faz entregar os seus segredos”.<sup>162</sup>

Entretanto, a filologia não era um ramo isolado. As questões que levantava acerca da História natural do Homem eram partilhadas também, em meados do século XIX, por outras disciplinas, como a etnologia. O estudo dos povos não-europeus, seja no Oriente, seja nas tribos africanas ou americanas, era objeto do interesse erudito em diversos grupos intelectuais, como sociedades filológicas e geográficas.<sup>163</sup> Ele fazia parte do interesse mais amplo em buscar explicações para as diferenças entre as “civilizações estacionárias” do oriente e as “progressivas” do Ocidente.

Quando o historiador Capistrano de Abreu se dedica, nos anos 90 do século XIX, a pesquisar as línguas dos índios, está à sua maneira participando da comunidade de questões acerca da História natural do Homem, com os instrumentos científicos da época. Sempre atualizado em relação às teorias científicas, o historiador não deixará de dialogar com a geografia e a etnografia alemãs suas contemporâneas, num esforço de elucidar a contribuição dos indígenas para a formação da nacionalidade. E neste esforço está implícita uma “dívida” que Capistrano tem com o indianismo de José de Alencar e do projeto nacional correlato àquele. Munido dos parâmetros científicos e em meio ao desprestígio que atinge o indianismo em fins do século XIX com a polêmica Alencar-Nabuco, institui uma nova forma de tratar a questão indígena.

É elucidativo acompanhar, na correspondência do autor com diferentes contemporâneos, suas preocupações relativas às migrações indígenas, à

<sup>161</sup> SAID, E., *Orientalismo*, p. 142.

<sup>162</sup> *Ibid.*, p. 148.

<sup>163</sup> STOCKING Jr, G., *Victorian anthropology*, pp. 239 e ss.

procedência das diversas tribos, à diversidade das línguas existentes e à relação entre a população indígena e o território por ela ocupado. E se considerarmos que muitas das fontes de pesquisa que o historiador utiliza para estudar os índios são as crônicas coloniais, logo veremos que as tribos conhecidas entraram necessariamente em contato com os portugueses. São parte da mestiçagem que deu origem ao povo brasileiro e que, portanto, fazem parte de uma base espacial que prefigura o território nacional.

O momento em que Capistrano se interessa pelo estudo das línguas indígenas e se preocupa em documentá-las, coincide com a publicação dos resultados das pesquisas dos etnólogos alemães Karl von den Steinen e Paul Ehrenrich sobre o Brasil Central. Estas pesquisas seriam responsáveis por “uma reviravolta no conhecimento sobre o mundo indígena brasileiro, dominado até então pela tupinologia”.<sup>164</sup> Elas revelariam a grande variedade do universo etnológico brasileiro, numa reavaliação da suposição corrente, na esteira de Varnhagen, da unidade lingüística ameríndia.

Há algo novo no procedimento de Steinen e de Capistrano. Em vez de se partir do pressuposto da unidade lingüística, busca-se pesquisar cada língua como uma entidade singular, embora se tenha em vista identificar na diversidade, troncos lingüísticos homogêneos e sinais de unidade. Com isso, invertem a falsa evidência de que parte o etnocentrismo: a dedução do universal a partir de um particular. O “bom” universalismo, escreve Todorov, “é o que não deduz a identidade humana de um princípio, qualquer que seja ele, mas que parte de um conhecimento aprofundado do particular, e que avança às apalpadelas”.<sup>165</sup>

Nas cartas de Karl von den Steinen a Capistrano, percebe-se a crítica a avaliações então correntes sobre o Tupi e a língua geral, baseadas na suposição de semelhanças entre esta língua e as indo-germânicas, e sugerindo a necessidade do uso de um método comparativo para o estudo das línguas indígenas. Assim, no caso do Bacairi, escreve Karl von den Steinen a Capistrano:

“creio e tento demonstrar que só conseguirá compreender o idioma bacairi, estabelecendo-se comparação; sem o estudo comparativo, cada um dos idiomas caraíbas levará a conclusões erradas. Daí também se originam os numerosos

<sup>164</sup> AMOROSO, M.R. e SÀEZ, O.C., “Filhos do norte: o indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu” in LOPES DA SILVA, A. e GRUPIONI, L.D.B., *A temática indígena em sala de aula. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. p. 252.

<sup>165</sup> TODOROV, T., *Nós e os outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana*, v.1, p. 31.

erros em que se incorre quanto ao Tupi, a língua geral. Antes de se explicar cada termo tupi isoladamente...dever-se-ia ter comparado objetivamente todos os dialetos tupi conhecidos. Esse trabalho, o mais importante, ainda não foi feito! Por isso é que surgem absurdos como considerar-se o tupi aparentado com as línguas indo-germânicas, etc”<sup>166</sup>

Interessa demonstrar na prática filológica de Capistrano de Abreu não apenas as conexões com a ciência de seu tempo, mas, também, a ligação necessária dela com seu projeto de escrever a história Pátria. Consideramos, portanto, que a atividade desenvolvida no campo filológico nos anos 90 do século XIX, não é algo isolado ou fruto de uma fuga da realidade, como apontam alguns de seus biógrafos. Mas vejamos mais alguns aspectos do diálogo com Karl von den Steinen.

Na mesma carta que citamos acima, Karl Von den Steinen sugere uma nova metodologia para o estudo das línguas indígenas que leve em conta a fonética. “A fonética é para a língua o que a Anatomia é para a Antropologia e a Etnologia”<sup>167</sup>, escreve. No livro de Steinen sobre o Bacairi, ela precede a parte da gramática e é a base do estudo comparativo das línguas, como se depreende de uma outra carta escrita em julho de 1892, que também revela que este estudo se relaciona com a questão das migrações indígenas:

“o principal é a comparação com os demais idiomas caraíbas; partindo dos idiomas isolados, esparsos, de ampla distribuição geográfica, e dos dialetos, devemos tentar, enfim, retroceder à língua básica (ao idioma primitivo), falada na tribo ainda unida. Temos de atingir as formas mais antigas. Só então poderemos ver como as tribos se deslocaram ou emigraram”<sup>168</sup>

Capistrano trabalhou assiduamente entre janeiro e maio de 1893 numa edição brasileira do livro de Karl von den Steinen, *Die Bakairie-Sprache* [1886]. Para tanto, entrevistou Irineu, um índio bacairi, durante uma estadia na Colônia Alpina, localidade próxima de Teresópolis.<sup>169</sup> Em maio de 1893, Capistrano escreve ao Barão do Rio Branco para compartilhar alívio e orgulho pelo trabalho feito:

<sup>166</sup> Carta de Karl von den Steinen, [17/01/1893] in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Vol. 3, p. 128.

<sup>167</sup> Ibid.

<sup>168</sup> Carta de Karl von den Steinen, [21/07/1892], *ibid.*, p. 126.

<sup>169</sup> Em carta a Assis Brasil [23/01/1893], escreve Capistrano: “Desde o dia 14 estou aqui na Serra dos Órgãos, a 800 metros do nível do mar, a 6 horas da estação mais próxima da estrada de ferro, a 2 dias dos jornais e do pão fresco. Aqui vim procurar o sossego moral, que há um ano me faltava, e trabalhar. Tenho trabalhado efetivamente: estou estudando bacairi com um índio de Mato Grosso e

“O livro de Von den Steinen sobre os bacairis já está no prelo, na Casa Leuzinger: a edição brasileira será um novo livro. O material que tenho colhido é abundantíssimo. No original alemão há 4 lendas apenas, eu agora dou mais de 30; Steinen dispõe menos de 1000 frases; eu creio ter mais de 6000 e ainda continuo”.<sup>170</sup>

Neste processo de pesquisa das línguas indígenas, Capistrano cria seu próprio “laboratório filológico”, tal como o descreve Edward Said a respeito de Renan. Ao proceder como um pesquisador dotado de instrumental científico, o historiador dá forma a um objeto e institui as próprias línguas em documentos. O propósito de constituir documentos sobre a cultura indígena é um aspecto de sua preocupação em demonstrar a influência das diversas tribos na formação da nacionalidade, tema que teve outro tipo de inserção e prestígio durante o romantismo e que pode ser exemplificado pelo indianismo literário de Alencar. Ao estudar a questão sob outro prisma – o científico/filológico – o historiador recupera o projeto nacionalista de José de Alencar, mas também fixa numa memória escrita aquilo que poderia desaparecer com os próprios índios em meio a correrias promovidas por seringueiros ou ao massacre secular a que foram submetidos tais povos sem escrita, durante a colonização.

O Bacairi ganhara novo interesse a partir dos estudos do alemão Von den Steinen, e Capistrano encontrou aí estímulo para suas próprias pesquisas. Em carta a José Veríssimo, encontramos subsídios para confirmar o propósito de tornar a língua dos Bacairi documentada, o que podia ser feito, como dissemos, a partir da metodologia proporcionada pela filologia.

“Participo que tenho adiantado muito os estudos de Bacairi. Já tenho umas vinte histórias de animais, conheço uns vinte seres fantásticos de que von den Steinen nem teve notícia e tenho toda a história de Keri e Kame, que é como que a Gênese deles, muito desenvolvida, quase completa. Creio que ficará sendo esta a tribo se não melhor estudada, pelo menos melhor documentada do Brasil”.<sup>171</sup>

Com o proceder do Capistrano pesquisador das línguas indígenas, a imagem de uma homogeneidade cultural e lingüística ameríndia, que segue na esteira de Varnhagen, ficava questionada e restrita ao litoral dominado pelo Tupi. Também

---

já vou bastante adiantado” in RODRIGUES, J.H., (org). *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 1, pp. 83-4.

<sup>170</sup> Carta ao Barão do Rio Branco, [10/05/1893], *ibid.*, p. 134.

no que se refere aos índios, ao investigar as tribos do interior do território, os Bacairi do Xingu, como outras de rios da Amazônia, Capistrano confirma seu interesse em conhecer o sertão, ali procurando expressões de uma cultura em formação: a brasileira.

As inúmeras lendas indígenas que recolhe na estadia com o índio Bacairi em Colônia Alpina, uma vez documentadas, passam a fazer parte do patrimônio histórico da nacionalidade. A leitura da correspondência de Capistrano revela que ele pretendia fazer algo semelhante com outras tribos. Numa carta enviada ao Barão do Rio Branco, escrita dois anos depois de iniciado o interlúdio Bacairi, fazia planos:

“Em dezembro pretendo partir para o Amazonas, a estudar duas línguas de índios: os apiacás no Tocantis, os Crixanás no rio Negro. Os apiacás são o extremo N.E. dos bacairis, cujo extremo S.O. fica no Paranatinga, cabeceira do Tapajós. Há dois anos mora comigo um Bacairi, cuja língua tenho cuidadosamente estudado. Hoje possuo uma coleção de textos originais como nenhuma língua do Brasil apresenta...Os crixanás pertencem à mesma família lingüística, que é a caribe, de que são o extremo S.O. ao norte do Amazonas...Mas fiquei ambicioso e pretensioso com o que obtive dos Bacairis, e quero ver se dos crixanás não obtenho só o vocabulário e frases, mas tradições históricas e lendas, de modo a fechar ao N. do Amazonas o círculo que agora, se puder estudar os apiacás, ficará fechado ao sul”<sup>172</sup>

No caso das línguas mencionadas, o esforço do próprio pesquisador deveria cumprir o duplo objetivo de identificar as tribos e suas migrações e criar documentação acerca delas. Nesta seção do arquivo que o historiador constrói à medida que organiza a informação a partir da ferramenta filológica, outras línguas além do Tupi deveriam alcançar posto destacado. Sobre esta última havia abundante material, embora disperso. Em carta ao amigo Guilherme Studart, escreveu: “A língua dos Bacairis leva-me à dos tupis. Como você sabe, a segunda gramática que do tupi se publicou deve-se a Luís Figueira...Que fim levou...a primeira edição? Ora, é esse documento capital para a gramática histórica da língua tupi, a que talvez ainda um dia me atire”.<sup>173</sup> Em outra carta enviada, segundo José Honório Rodrigues, ao diretor da Biblioteca Nacional, Mendes da Rocha, manifesta a preocupação com os registros da língua tupi:

<sup>171</sup> Carta a José Veríssimo, [28/02/1893], *ibid.*, p. 190-1.

<sup>172</sup> Carta ao Barão do Rio Branco, [22/06/1895], *ibid.*, p. 135.

“Com Anchieta, que Platzmann reimprimiu, com a primeira edição de Araújo [padre Antônio de Araújo] e Figueira, as reimpressões de Figueira e Bartolomeu de Leão, com Betendorf e Valente, teríamos para o Brasil a série completa de monumentos da língua tupi, durante dois séculos; o que hoje é, no Amazonas, mostram os trabalhos de Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues e Simpson”<sup>174</sup>

Como dissemos, a atitude de Capistrano ao recolher os “monumentos” da língua tupi é indício de uma preocupação constante por ele manifestada em decifrar e qualificar as diferentes culturas indígenas. Neste processo, pretendia descobrir também os antigos itinerários percorridos pelos índios, numa prefiguração do que seriam mais tarde os caminhos do povoamento do Brasil. Alguns anos mais tarde, Capistrano diz explicitamente ao historiador português João Lúcio de Azevedo o que ficava oculto nas entrelinhas de suas reflexões sobre as migrações indígenas: “Aproveitarei o ensejo para insinuar a questão máxima de nossa História: o povoamento do São Francisco ao Parnaíba, de que as migrações tupis são, por assim dizer, uma antecipação e um ensaio”.<sup>175</sup>

Movimento semelhante é feito com a documentação que lhe permite restituir o povoamento do interior classificada como histórica, e não etnográfica. São faces do Capistrano pesquisador. Aquele que no próprio ato da leitura, porque informada pelo método crítico, transforma textos ou línguas em documentos, delimitando como deve ser contado o passado nacional e o que pertence ou deve ser excluído deste.

Não é sem propósito argumentar, portanto, que a “filologia indígena” de Capistrano se revela como uma disciplina auxiliar da história Pátria. Ela tira do silêncio aspectos da nacionalidade que ficariam de outro modo sem expressão. Embora considere, em geral, os índios como “povos naturais”, “selvagens”, sem História porque não civilizados, não há como deixar de lado que a mestiçagem que Capistrano defende desde os anos 80, inclusive em polêmica com Silvio Romero, é a do português com o índio. A alma indígena contribui, portanto, para a diferenciação entre o português e o brasileiro. Com a ferramenta filológica, a demonstração do argumento fica enriquecida. Sua insistência no estudo das línguas é portanto algo orgânico e não sem ligação com a “história íntima” que pretendia escrever. Em que pese a particularidade da “filologia indígena”, pois ela

<sup>173</sup> Carta a Guilherme Studart, [8/03/1893], *ibid.*, p. 141.

<sup>174</sup> Carta a Mendes da Rocha, [22/02/1893], *ibid.*, p. 59.

<sup>175</sup> Carta a João Lúcio de Azevedo [16/09/1918], *ibid.*, vol. 2, p. 110.

depende menos de documentos escritos do que do contato direto com o índio a quem observa, está associada ao estudo do passado nacional. O próprio índio interrogado por Capistrano representa de alguma forma uma fração daquele.

O estudo das línguas indígenas, insistimos, é parte da tentativa de identificar estradas primitivas pelas quais passou o povoamento de *conquistadores e mineiros* após o descobrimento. Embora escrito em 1917, bastante tempo após o interlúdio Bacairi, temos em “Os Guaianases de Piratiniga”<sup>176</sup> algumas referências que ajudam a reforçar a idéia que queremos apresentar: a de que o estudo das línguas indígenas é complementar em relação à história Pátria. Assim, por exemplo, refere-se ao “papel histórico” dos guaianases :

“Se recordarmos que os Guaianases-Guarulhos-Maramumis freqüentavam as estradas de Facão e Passa Vinte, antes dos Bandeirantes para lá terem dirigido suas hordas, teremos uma idéia de seu papel histórico: antes de Garcia Rodrigues haver desbravado o Paraibuna e transposto a balança das águas entre o Paraíba e Guanabara, não podia, quem do rio quisesse ir aos descobertos auríferos, tomar caminho diferente. Outro caminho, de alcance menor, aliás, liga-se ainda a esses índios, mostrando como atravessaram uma garganta da Mantiqueira, no século XVII”<sup>177</sup>

Quanto ao que se refere ao “papel histórico”, seria preciso lembrar o pressuposto de que história significa aqui o avanço da civilização sobre a natureza e, eventualmente, sobre aquelas tribos indígenas mais avessas à evangelização. Nos *Caminhos antigos* (1899), como vimos, Capistrano demonstra a formação territorial do Brasil a partir da interiorização do povoamento. A passagem que citamos acima, embora de 1917, nos dá pistas sobre sua metodologia de trabalho. Identificar as estradas através do trabalho dos bandeirantes, ou, como aqui, pela identificação dos caminhos pré-existentes à “invasão portuguesa”(p.26).

O próprio hábito da bandeira, atribuído aos paulistas, seria considerado por Capistrano como resultante do contato com os índios. Como se estes legassem àqueles a característica nômade de suas sociedades. Em carta ao Barão do Rio Branco, notou:

“chamarei a atenção de V.Ex.a para uma carta de Anchieta, da qual se deduz (deduzi eu pelo menos), que o costume de bandeira é índio. Esta carta...refere-se

<sup>176</sup> ABREU, J.C., “Os Guaianases de Piratiniga” [1917] in *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, pp. 24-8.

<sup>177</sup> Ibid., p. 26.

a um ataque a Piratininga em 1650. Outra circunstância interessante e de que espero mandar a prova, é que a bandeira que os paulistas levavam não era a de Portugal”.<sup>178</sup>

Capistrano se esforça em demonstrar os elementos da cultura indígena passados aos descendentes mestiços. Ao levantar a hipótese de que a bandeira levada pelos paulistas não fosse a de Portugal e querer dar prova do fato, o historiador dá força simbólica à idéia de que o movimento das bandeiras tendia a ser um dos pontos de partida para a formação de uma nova nacionalidade.

Na biblioteca da Sociedade Capistrano de Abreu, encontram-se inúmeros livros lidos pelo historiador e por ele marcados. Poderíamos imaginar o Capistrano-pesquisador em atividade. No exemplar da *História da Companhia de Jesus*, do padre José de Moraes, escrita em 1759, sublinha marcos de conquista, como Igrejas, Colégios e missões. O leitor, investido da metodologia adequada, transforma o livro de José de Moraes em documento. Embora seja difícil datar a(s) leitura(s), as marcações indicam a preocupação com uma topografia minuciosa das aldeias existentes no Amazonas. À medida que lê, Capistrano constrói um mapa mental da distribuição espacial das missões. Embora sujeito a retificações, poderia lhe servir de roteiro para futuras investigações. É como se desenvolvesse, assim, um trabalho à maneira do arqueólogo que tomava a *Ilíada* como referência e que descobria as ruínas de Tróia. Leiamos o trecho marcado por Capistrano, do capítulo VII da *História da Companhia de Jesus*, que descreve as missões do rio Amazonas: “entrando por este rio Xingu acima, logo na boca à mão esquerda, está a aldeia de Aragipé dos reverendos religiosos de piedade. Mais adiante duas léguas da mesma parte está a aldeia Cavianá...Seguindo o mesmo rio Xingu à mão esquerda duas léguas distante de Boa Vista está a aldeia de Maturu....”<sup>179</sup>

Este tipo de referência topográfica está fartamente presente tanto nos textos escritos por Capistrano quanto nas marcações dos livros de sua biblioteca,

<sup>178</sup> Carta ao Barão do Rio Branco [13/05/1888], in RODRIGUES, J.H., *Correspondência de Capistrano de Abreu*, p. 123. Nesta mesma carta o historiador comenta a Abolição, que aconteceria algumas horas mais tarde naquele mesmo dia. “a esta hora, ½ depois do meio dia, ainda não está realizada, mas não pode tardar mais que momentos. A obra iniciada por seu glorioso pai toca ao termo. Mil parabéns”.

em livros como o *Tratado da Terra do Brasil* (1587), de Gabriel Soares de Sousa, a *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, de João Felipe Betendorf, o *Novo Orbe Seráfico Brasilico* (1761), do Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, a *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão* (1614) e a *Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 e 1614*, de Yves d'Évreux.

O estudo da temática indígena passava tanto pela tentativa de identificar as primitivas estradas utilizadas antes da “invasão portuguesa” por meio da investigação das migrações, como pela de discernir os traços da alma indígena presentes no “caráter nacional”. E aqui, é inevitável referir aos obstáculos que o nomadismo das tribos que habitavam o território causavam à fixação de núcleos de povoamento. Nomadismo que, diga-se de passagem, é também característica do bandeirante, aquele que insiste em ir e voltar sem fixar povoação. Sobre os índios há inúmeras referências como a citação do “venerável” José de Anchieta: “como estes Maramumis não se aquietam em seu lugar, e seu viver é sempre pelos matos à caça, ao mel, às frutas, dificultava isto muito a esperança de sua conversão”.<sup>180</sup>

Nos *Capítulos de História Colonial*, Capistrano conclui o capítulo “Antecedentes indígenas” com considerações sobre a influência do meio sobre os “povos naturais”. Esta denominação revela a leitura de Ratzel e nos informa acerca da origem de seu argumento sobre a influência dos índios na formação da nacionalidade. A idéia é que as tribos nômades aqui existentes não conseguiram criar um poder centralizado o que equivale a uma incapacidade de construir civilização:

“O principal efeito dos fatores antropogeográficos foi dispensar a cooperação. Que medidas conjuntas e preventivas se podem tomar contra o calor? Qual o incentivo para condensar as associações? Como progredir com a comunidade reduzida a meia dúzia de famílias? A mesma ausência de cooperação, a mesma capacidade de ação incorporada e inteligente, limitada apenas pela divisão do trabalho e suas conseqüências, parece terem os indígenas legado a seus sucessores”<sup>181</sup>

<sup>179</sup> MORAES, J., *Memórias para a história do extinto estado do Maranhão e Pará* [1759], Rio de Janeiro, Tipografia do Comércio, 1860, p. 505-6. (edição coligida e anotada por Candido Mendes de Almeida).

<sup>180</sup> Apud ABREU, J.C., “os guaianases...”, Op.Cit., p. 25.

<sup>181</sup> ABREU, J.C., *Capítulos de História Colonial*, p. 54.

Sendo a migração o estado permanente dos índios, ficava obstado para eles o avanço de instituições características da vida civilizada. O nomadismo aparece como um dos fatores dispersivos da experiência anterior à colonização que dificultaria mais tarde o processo de unificação da nacionalidade. A ausência de vida urbana anterior ao período colonial é consequência da característica nômade das tribos indígenas. Mas o próprio nomadismo, ao delinear antigas rotas de migração, funciona como prefiguração dos caminhos antigos, que substituem com focos de povoamento o espaço, até então um “espaço nômade”, por um espaço que é criação do Poder, ou, da colonização: o território.

Ao que parece, há na narrativa de Capistrano de Abreu sobre os índios uma série de prefigurações, como se características da vida das diversas tribos projetassem suas influências na sociedade colonial. Há pelo menos três pares deste tipo. As migrações indígenas, como vimos, anunciam em parte os caminhos antigos. A ausência de cooperação característica dos indígenas tal como descrita nos *Capítulos* alude ao problema da atrofia de questões públicas na sociedade colonial, vício que avança pelo tempo do próprio historiador. Finalmente, há o tema das “guerras hereditárias” entre as diversas tribos, antecipação e ensaio das rixas entre os potentados do sertão colonial. No *Descobrimento do Brasil*, de 1900, ele é assim descrito: “a guerra, porém, fazia-se como em caçada, sem plano, sem persistência, conforme os caprichos, para roubar mulheres umas vezes, outras por motivos mais fúteis. E, uma vez começada, tornava-se hereditária. Exatamente porque um indivíduo resumia a tribo, quem o ofendia, ofendia a coletividade”.<sup>182</sup> Estas descrições fazem lembrar a narrativa das intermináveis rixas entre famílias sertanejas nos tempos coloniais nos *Capítulos de História Colonial*, com a diferença que neste último, os motivos diziam respeito a uma questão diferente: a do apego à propriedade da terra e ao sentimento de orgulho dos poderosos de cada grupo familiar.

Embora se notabilize por revelar a diversidade de línguas e culturas indígenas existentes no Brasil antes da chegada dos portugueses, Capistrano está à procura de uma unidade perdida em algum ponto indeterminado do passado. Mesmo na distinção entre a língua geral e as “travadas” há pontos de convergência: “Apesar das divergências de vocabulário, a gramática é a mesma,

---

<sup>182</sup> ABREU, J.C., O descobrimento do Brasil. Povoamento do solo, evolução social [1900] in *O descobrimento do Brasil*, p. 168.

tanto para a língua geral, assim chamada por aparecer em quase todos os pontos do litoral...como para as línguas travadas, de que se serviam muitas das populações do interior”.<sup>183</sup> Capistrano distingue e localiza a geografia de cinco principais grupos indígenas: o Tupi, encontrado em quase todo o litoral, do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul; o Cariri, no interior “desde o Paraguaço e o rio de S. Francisco até o Parnaíba”; o Gé, cujo centro de irradiação teria sido no Espírito Santo e Minas Gerais; o Caraíba, entre o Madeira e o Tapajós e o Maipure, espalhados “das Guianas ao Paraguai” e em maior concentração no rio Purus.

A distribuição geográfica dos índios liga-se com a própria formação territorial do país. Ela é uma prefiguração do território nacional, a “ilha-Brasil”. A identificação de uma gramática semelhante para as línguas, o esforço em coletar lendas e tradições indígenas tendem a afirmar uma unidade na diversidade. A “filologia indígena” apresenta-se portanto como ferramenta complementar no propósito de argumentar pela contigüidade territorial do Brasil, no caso anterior à própria colonização, e que tem impacto importante nas formulações de Capistrano acerca da “história íntima”.

O diálogo crítico que estabelece com as duas dimensões da “ilha-Brasil”, a saber, a base territorial e a lingüística, faz com que o historiador realize o caminho próprio que pretendia seguir desde que escrevera os artigos sobre o Visconde de Porto Seguro, ameaçando fazer Varnhagen descer de seu pedestal.

Para que isso ocorresse, Capistrano precisaria escrever a sua história do Brasil. Na próxima parte do trabalho, veremos as circunstâncias em que foram escritos os *Capítulos de História Colonial*, e porque podemos afirmar que eles acabaram se tornando a sua sonhada História do Brasil. Os contemporâneos de Capistrano esperavam que ele redigisse uma obra “seguida e completa” para usar uma expressão do próprio. Como entender que ele tenha se limitado ao período colonial? É o que tentaremos responder na parte que se segue.

---

<sup>183</sup> Ibid., p. 160.